

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS SALMORIA DE SOUZA ROSA

**CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO NA OBRA DE JOSÉ DE ACOSTA
(1540-1600)**

CURITIBA

2016

LUCAS SALMORIA DE SOUZA ROSA

**CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO NA OBRA DE JOSÉ DE ACOSTA
(1540-1600)**

Monografia apresentada à disciplina Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica do curso de História – Bacharelado e Licenciatura, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Doré

CURITIBA

2016

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer primeiro aos meus pais, Nilson Antonio e Zenira Salmoria de Souza Rosa, e meu irmão, Guilherme Salmoria de Souza Rosa, que, embora não tenham concordado com a maioria das minhas decisões, sempre estiveram do meu lado e desejando o meu melhor. Espero um dia poder retribuir a eles, tudo que me fizeram.

A minha orientadora Andréa Doré por me auxiliar tanto na Iniciação Científica quanto na Monografia. Graças, as suas correções, apontamentos e paciência quanto aos inúmeros erros que cometi pude desenvolver algo e crescer.

Ao encarregado do CEDOPE André Akamine Ribas por ter me ajudado em vários momentos dessa faculdade, e também, pela sua grande paciência comigo por causa de diversas perguntas e constatações desnecessárias.

Aos meus companheiros de GRR 2012 e seus agregados, os quais se mencionados ocupariam inúmeros parágrafos, sou grato pelo tempo que passamos juntos. Embora o tempo possa nos separar, sempre me lembrarei dos bons e maus momentos que compartilhamos nesse curso.

Agradeço por tudo e desejo o melhor a todos.

RESUMO

Esta monografia analisa o conhecimento espacial produzido pelo jesuíta José de Acosta (1540-1600) em sua obra *Historia Natural y Moral de las Indias* (1590), e como esse conhecimento constrói uma visão de espaço do Novo Mundo que atende às necessidades vigentes no século XVI. A base teórico-metodológica da pesquisa compreende a forma como vemos o mundo, seja por meio da descrição ou do mapa, vinculada aos aspectos culturais da sociedade, atribuindo significado ao espaço. A descrição da América feita pelo jesuíta é permeada de diferentes correntes de pensamento do seu contexto histórico, que se complementam ou confrontam no texto tanto para construir uma visão de América quanto para dar-lhe significado. Utilizou-se uma divisão metodológica em três tipos de conhecimentos, retirados do contexto da fonte, para identificar como Acosta compreende a América: o conhecimento clássico da antiguidade; a experiência fornecida pelas viagens; a tradição religiosa bíblica. Ao estudar a obra por meio dessas três vertentes, verificou-se que o jesuíta atualiza o saber clássico e a interpretação bíblica por meio da experiência, e insere a América em uma espacialidade cristã.

Palavras-chave: História da ciência; Novo Mundo; História e Geografia.

ABSTRACT

This monography analyzes the spatial knowledge produced by the Jesuit José de Acosta (1540-1600) in his work *Historia Natural y Moral de las Indias* (1590), and how this knowledge builds a vision of the space of the New World that answers the needs present in the XVI century. The theoretical and methodological base of the research understand the way we see the world, being a description or a map, as bound to the cultural aspects of society, thus assigning meaning to the space. The description of America made by the Jesuit is permeated by different currents of thought from his historical context, that complement or confront in the narrative, both to build a picture of America and to give it meaning. It was used a methodological division in three types of knowledge, extracted from the historical context, to identify how Acosta understand America: the classic knowledge from antiquity; the experience provided by the voyages and navigations; the religious biblical tradition. By studying the texts through these three divisions, we perceive that the Jesuit renovates the classic knowledge and biblical interpretation through experience, and inserts America in a Christian spatiality.

Key-words: History of Science; New World; History and Geography.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	CONCEITO DE “ESPAÇO”	3
2.1	LOCALIZAÇÃO ESPACIAL: SUBJETIVA OU OBJETIVA?.....	3
2.2	GEOGRAFIA OU COSMOGRAFIA.....	7
2.3	MODELOS COSMOGRÁFICOS MEDIEVAIS.....	9
3	IMPÉRIO E CIÊNCIA	13
3.1	INSTITUIÇÕES E NORMAS.....	13
3.2	O VIAJANTE E A ESCRITA.....	19
3.3	CIÊNCIA ESPANHOLA NO SÉCULO XVI.....	22
4	JOSÉ DE ACOSTA E A AMÉRICA	25
4.1	CONHECIMENTO CLÁSSICO.....	30
4.2	EXPERIÊNCIA OCULAR.....	35
4.3	TRADIÇÃO BÍBLICA.....	39
5	CONCLUSÃO	44
6	FONTE	46
7	BIBIOGRAFIA	46

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia visa analisar como o jesuíta José de Acosta (1540-1600) constrói uma visão de espaço da América na sua obra *Historia Natural y Moral de las Indias*, publicada em 1590 em Sevilha. Essa pesquisa analisa a produção do conhecimento espacial como um aspecto cultural da sociedade. Visa entender como o jesuíta Acosta atribui significado à América dentro do contexto histórico vivenciado por ele.

No século XVI, há produção de vários livros e mapas geográficos, no período nomeados de cosmográficos, para compreender a América, desde sua dimensão, clima, qualidades e até como poderia ter originado vida nesse local. Sendo o período das navegações, o conhecimento estabelecido até o momento passa por críticas e revisões, pois as viagens ultramarinas levaram a regiões e descobertas que eram ditas como impossíveis. Exemplo dessa situação é a descoberta da existência de vida no hemisfério meridional, teorias medievais pensavam a região equatorial com calor tão excessivo que impossibilitaria a vida humana. Teoria que seria desmentida com a circum-navegação da África. O encontro dos europeus com outras regiões, como o continente americano, também era uma ruptura dos modelos medievais estabelecidos. Acosta é em um desses viajantes que embarcam para o Novo Mundo e produzem um relato sobre a sua estadia e viagem para essa região para explicá-la.

A produção desse saber não foi feita simplesmente por viajantes e eruditos interessados na produção do conhecimento. Esta foi motivada por questões políticas como a conquista e colonização do Novo Mundo para construção de um império espanhol. Cria-se instituições como a *Casa de la Contratación* de 1503 para controlar as informações e viagens até o Novo Mundo. Essa influência política repercutiu-se na produção de saber do período, os discursos geográficos visavam a legitimação e dominação espanhola dessas regiões.

José de Acosta nasceu em 1540, na cidade de Medina del Campo na Espanha. Em 1552 ingressou em Colégio da Companhia de Jesus da sua cidade de natal e em 1554 integrou a ordem. O jesuíta embarcou para vice-reino do Peru em 1572, estabelecendo-se nessa região por 14 anos. Em 1586 dirigiu-se para o vice-reino da Nova Espanha (atual México). Em seguida, 1587, retornou à Espanha. Como mencionado, em 1590 publicou a sua obra sobre o Novo Mundo, fonte de estudo dessa

monografia. A escolha dessa obra ocorreu pela sua relevância no ensino jesuítico sobre a América. Sendo uma figura religiosa, o autor tratou de apresentar tanto aspectos da tradição religiosa, quando elementos da erudição clássica por ser um humanista e a experiência de viagem que teve com a sua longa residência no Novo Mundo. A metodologia de análise da obra consiste em perceber como esses três fatores de explicação da obra se articulam para consolidar um significado do Novo Mundo que atenda às necessidades vigentes.

A monografia divide-se em três capítulos:

O primeiro trata da discussão da produção do conhecimento espacial, abordando a relação de objetividade ou subjetividade com esse saber. Depois, apresenta-se e analisa a área de estudo responsável pela compreensão espacial, a Cosmografia. Delimitam-se ainda os modelos medievais de visão do cosmo que tem uma repercussão tanto no período estudado quanto na fonte.

O segundo capítulo aprofunda-se a relação entre política e produção do conhecimento, demonstrando como o desenvolvimento da geografia estava vinculado ao projeto político de construção do império espanhol. Essa ligação entre saber e poder reflete-se no controle que é feito nesse período sobre as informações que os viajantes dispunham sobre o Novo Mundo, apresentando o papel dos viajantes nessa produção. Por fim, demonstra-se como as burocracias e ordens para consolidar o saber do Novo Mundo criadas pela Coroa Espanhola serviram como uma base para o desenvolvimento da ciência moderna.

No terceiro capítulo analisa-se a fonte, apresentando como a América é mostrada na escrita do jesuíta e como as três vertentes metodológicas selecionadas se apresentam na obra e se conciliam para construir uma visão sobre a América. Esse capítulo é o mais extenso da monografia por tratar de apresentar essa análise.

Por fim, a conclusão retoma as principais ideias do texto e faz alguns apontamentos a serem pensados.

2 Conceito de “espaço”

Este primeiro capítulo visa analisar a objetividade das descrições espaciais, apresentar a área de conhecimento denominada Cosmografia do período estudado, século XVI, e suas mudanças com as navegações, e por fim, apresentar os modelos medievais cosmográficos que repercutem na obra de José de Acosta. A primeira parte analisa aspectos teóricos da pesquisa, questionando se a relação com o espaço é objetiva ou subjetiva, e como essa relação afeta a produção de um saber geográfico. A segunda parte analisa o contexto em questão mostrando como se enxergava e compreendia o mundo no período Renascentista segundo o conhecimento cosmográfico. A terceira apresenta os dois modelos vigentes na Idade Média e ainda a visão simbólica desse período para geografia.

2.1 Localização espacial: subjetiva ou objetiva?

Ao tratarmos de considerações sobre o estudo do espaço, identificamos que noções como valores numéricos e localização são instrumentos para demonstrá-lo. A distância entre dois lugares e a localização de um determinado ponto em um mapa são exemplos dessas considerações. Desse modo, o conceito de espaço pode ser entendido e explicado pela geometria. Contudo, essa delimitação do espaço por meio de distâncias expressas em números não explica como nos organizamos ou nos relacionamos com o espaço ao nosso redor. Michel de Certeau, citando o filósofo Merleau-Ponty, faz uma diferença entre dois tipos de espacialidade:

Merleau-Ponty já distinguia de um espaço “geométrico” (“espacialidade homogênea e isotropa”, análoga do nosso “lugar”) uma outra “espacialidade” que denominava “espaço antropológico”. Essa distinção tinha a ver com uma problemática diferente, que visava separar da univocidade “geométrica” a experiência de um “fora” dado sob forma do espaço e para o qual “o espaço é existencial” e “a existência é espacial”. Essa experiência é relação com o mundo; no sonho e na percepção, por assim dizer anterior à sua diferenciação, ela exprime “a mesma estrutura essencial do nosso ser como ser situado em relação com um meio” – um ser situado por um desejo, indissociável de uma “direção da existência” e plantado no espaço de uma paisagem. Deste ponto de vista, “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”.¹

O “espaço antropológico” seria como o indivíduo se relaciona com seu meio, ou seja, os significados dados aos espaços que o ser humano habita. Delimitando melhor

¹ CERTEAU, Michel de. “Relato de Espaços”. In: *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 202.

essa noção: a localidade de um templo é considerada sagrada. Portanto, o local onde um templo está estabelecido tem um valor diferente de outros para determinados grupos sociais; ele se coloca como superior a outras localidades para os integrantes. Outros exemplos seriam diferentes regiões de uma cidade, os bairros e seus diferentes estabelecimentos atendem a diferentes funções na cidade, assim criando uma espacialidade diferente para cada localidade. Os diferentes grupos sociais que residem nestes bairros também influenciam nossa noção da espacialidade da cidade. O espaço não é somente uma medição de distâncias, mas uma construção do próprio ser humano.

Ao analisar a historicidade da compreensão espacial matemática, percebemos que ela não foi um dado natural, mas uma ciência que surgiu pela visão e necessidade humana. Ricardo Padrón demonstra como essa noção se estabeleceu na sociedade ocidental pela “representação espacial”. Citando a obra *The Production of Space* de Henri Lefebvre, Padrón descreve como ocorreu essa *naturalização*, no Período Moderno, do código matemático para expressar a dimensão do espaço na cultura ocidental:

“Espaço”, para Lefebvre, não é naturalmente dado, mas algo que cada sociedade produz como uma parte fundamental da sua existência e particularmente como ela distribui o poder entre seus membros. (...) O Ocidente moderno, segundo Lefebvre, atribui ênfase desproporcional para o que ele nomeia de “representação do espaço”, espaço como ele é concebido mais do que como ele é percebido ou vivido. Ela é representação particular de espacial, além disso, adquire um determinado poder sobre vários aspectos da vida. A modernidade naturaliza a geometria, ótica, isotropia espacial como fundamental na epistemologia categórica e deste modo dá uma autoridade indevida de abstrações ao mapeador, ao agrimensor, ao planejador, ao arquiteto, e a similares. Tradicional “representação do espaço” – espaços como eles são percebidos – como o coração ou geografia do sagrado são correspondentes despojados pela sua autoridade.²

Portanto, o conhecimento relacionado ao espaço, a geografia, não pode ser visto como uma mera representação da natureza. A ciência geográfica não está desvinculada dos elementos sociais; a política e diferentes ideologias a permeiam. Os estudos desses

² PADRÓN, Ricardo. *The Spacious Word: Cartography, Literature, and Empire in Early Modern Spain*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004, pp. 38-39. Tradução livre do trecho: ““Space,” for Lefebvre, is not a natural given of any kind but something that each and every society produces as a fundamental part of its existence and particularly a part of the ways it distributes power among its members. (...) The modern West, according to Lefebvre, gives disproportionate emphases to what he calls “representations of space”, space as it is conceived rather than as it is perceived or lived. It is particular representation of space, moreover, that acquires a determinative power over many aspects of life. Modernity naturalizes geometric, optical, isotropic space as fundamental epistemological category and thereby gives undue authority to the abstractions of the mapmaker, the surveyor, the planner, the architect, and the like. Traditional “representational spaces” – spaces as they are perceived – such as the hearth or the geography of the sacred are correspondingly stripped of their authority.”

elementos humanos levam a compreender quais eram a intenção e o objetivo do responsável pela construção do espaço.

A discussão desse vínculo entre a ciência e o contexto social foi impulsionada pela sociologia do conhecimento de Michel Foucault. Suas análises foram adotadas também para o estudo do conhecimento geográfico por J.B. Harley, pioneiro na crítica à consideração de uma representação espacial neutra e naturalizada. Harley foca seus estudos na interpretação de mapas como produções culturais que são carregadas de significados do contexto histórico. O mapa é visto por esse autor como uma forma de discurso que legitima uma posição política, como a apresentação de local de origem no centro como o mais importante. A descoberta de um local e sua descrição por um mapa apresenta o registro de informações que demonstram o que seu descobridor gostaria de ver. O mapa representa a visão do cartógrafo e seu contexto cultural. Segundo este historiador, o vazio dos mapas, nomeados de silêncio, na imagem também demonstra uma perspectiva política, pois o vazio de um local é intencional. Ele pode representar o segredo de informações militares ou econômicas, até o apagamento de culturas que residem naquele local.³

Ao questionar conceitos como o de lugar e o de espaço também deve-se entender se compreendemos estes conceitos como estáticos ou frutos de um movimento. Michel de Certeau faz uma divisão entre lugar e espaço. O lugar seria algo estático, que não coexiste, ou seja, lugares são sempre um ao lado do outro. O segundo, o espaço, se caracteriza pelo movimento, transição, portanto ele representa, como Certeau afirma, “vetores de direção, quantidade de velocidade e a variação do tempo”. Esse conceito se relaciona com a variação temporal, pois o espaço pode ser entendido como o tempo de um lugar para outro. A diferença entre essas duas percepções leva a compreender o meio ao nosso redor como estático ou dinâmico. A casa é estática, ela não se altera na visão do observador ou não se atua para que ela se altere, enquanto uma viagem de trem representa uma transição e variação constante.⁴ O uso desses conceitos pode parecer relevantes somente para uma noção de localização e espacialidade individual, mas ao tratar de regiões em disputa política, o espaço torna-se dinâmico. Embora, o uso de um mapa para demarcar a região seria sempre estático, pois a imagem legitimaria a posição do seu autor, como Harley defende.

³ HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía*. Tradução: Letícia García Cortês, Juan Carlos Rodríguez. México: FCE, 2005.

⁴ CERTEAU, *op. cit.*, p. 202.

Compreendendo os significados e modo de interação dos espaços como a criação da sociedade e da cultura, a narrativa tem um papel importante na criação dessas noções. Segundo Certeau, ela transforma o espaço em lugar – atribuição de significado. A descrição e o estabelecimento de referências transformam o vazio do percurso em diversos lugares. Certeau aponta ainda que toda narrativa é uma forma de manipular o espaço:

Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço. A este título, tem a ver com as táticas cotidianas, faz parte delas, desde o abecedário da indicação espacial (“dobre à direita”, “siga à esquerda”), esboço de um relato cuja sequência é escrita pelos passos, até o “noticiário” de cada dia (“Adivinhe quem eu encontrei na padaria?”), ao “jornal” televisionado (“Teherã: Khomeiny sempre mais isolado...”), aos contos lendários (as Gatas Borracheiras nas choupanas) e às histórias contadas (lembranças e romances de países estrangeiros ou de passados mais ou menos remotos). Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam.⁵

Padrón, semelhante ao historiador francês, atribui à narrativa essa função, contudo ele aponta o aspecto da “descrição” como importante na consolidação do imaginário espacial:

Narrativas históricas fazem sua contribuição não somente pela caracterização do outro ou pela narrativa histórica da relação entre eu e o outro mas, mais fundamentalmente, por mapear regiões as quais suas estórias são desenroladas. Elas atuam assim, além de outros meios, pela descrevendo-os. “Descrição” pareceria uma forma bastante mundana de modo de discurso, a mais inocente, mais pura referência de modo de utilizar a linguagem. Mas “descrição”, como “narrativação”, acarreta o encontro entre dados e expectativas, entre observação e contingentes culturais de premissas sobre a produção de significado.⁶

A narrativa, com a sua descrição, é responsável por constituir lugares, pois trabalha com o uso dos dados mais o imaginário das expectativas dela, associando os dois consolida-se uma visão do local. Em suma, nota-se que o conhecimento geográfico de uma região não é simplesmente um dado natural, ele é um discurso que é influenciado pela ideologia do observador e pela forma como este se relaciona com o

⁵ CERTEAU, *op. cit.*, p. 200.

⁶ PADRÓN, *op. cit.*, p. 21. Tradução livre do trecho: “Historical narratives make their contribution not only by characterizing the other or by emplotting the historical relationship between self and other but, more fundamentally, by mapping the regions in which their stories unfold. They do so, among other ways, by describing them. “Description” would seem to be the most mundane of discursive modes, the most innocent, most purely referential way of utilizing language. But “description,” like “emplotment,” entails the encounter between data and expectations, between observations and culturally contingent assumptions about the production of meaning.”

meio que observa. A geografia atribui significado ao espaço, como a História dá significado ao passado. Esse ponto de partida indica a forma como a obra de Acosta será analisada. A descrição que o jesuíta faz da América visa consolidar um significado a ser atribuído a este continente segundo os valores sociais do contexto.

2.2 Geografia ou Cosmografia?

A influência do observador também pode ser analisada na formação da geografia como uma ciência no decorrer dos séculos XVI ao XVIII. A noção científica de espaço também foi resultado de uma mudança nas formas de ver. Essa transformação tanto fez parte do contexto histórico estudado, século XVI, como mostra a influência de outros campos sociais no desenvolvimento da ciência. A mudança na observação do espaço foi fruto tanto de alterações dos meios de ver o mundo do cosmógrafo - a profissão do geógrafo ainda não existe no momento -, quanto de necessidades políticas e econômicas dos reinos europeus.

O século XVI foi um período de transformação do conhecimento espacial na Europa. As navegações transformaram a visão de mundo e a ciência desenvolveu-se para compreender essas novas e diferentes regiões. As próprias instituições políticas como as coroas e cortes europeias influenciaram no desenvolvimento da geografia para atender às suas intenções. Esse período de mudanças e novas exigências encontrou uma tradição no terreno do conhecimento geográfico, terreno que se baseava na conjunção do saber clássico e da concepção cristã. Assim, as novas abordagens do conhecimento geográfico advindas da experiência deveriam ser conciliadas com essas tradições estabelecidas. O texto de José de Acosta é uma obra privilegiada para o estudo dessas heranças, pois sendo uma figura religiosa e dotada de conhecimento dos antigos, produziu um saber que aborda essas diferentes vertentes.

Antes dessas mudanças, a geografia, no século XV, era compreendida no interior da cosmografia. A geografia fazia parte da cosmografia, esta era dividida em três categorias: “cosmografia” – tendo o mesmo nome que a inclui – responsável pelo estudo das esferas celestes, o cosmo; a “geografia” tratava da esfera terrestre, desde continentes a rios; por fim, a corografia, área de estudo dedicada a regiões localizadas, como cidades e portos. O cosmógrafo era nesse período um erudito; clérigos e professores universitários eram estudiosos dessa área, atuando nela como uma segunda

atividade. Ele não era somente encarregado de produção de mapas do *oikumene* – termo que designa mundo habitado –, mas também produzia uma grande quantidade de textos e livros de viagens, que descreviam as diversas regiões do mundo. O cosmógrafo, diferentemente do geógrafo moderno, era versado em filosofia natural, área que debatia a natureza e a configuração tanto do globo quanto do cosmo. O trabalho do cosmógrafo dividia-se em três: a produção de representações do *oikumene*, a produção literária sobre regiões e a filosofia natural.⁷

Com as navegações, como a circum-navegação da África e o encontro de outras terras, como o continente americano, o conhecimento geográfico e a visão de mundo europeia foram sendo revistas e modificadas. As viagens ultramarinas tornaram o cosmógrafo indispensável para conhecer essas novas regiões, detalhando sua localização ou a influência do clima. Os reinos europeus com intenções de conquista necessitavam de um conhecimento mais preciso das regiões encontradas, tanto para exploração quanto para administração. Desse modo, o conhecimento cosmográfico tornou-se mais vinculado ao poder das coroas e instituições responsáveis pelo controle de informações das colônias. O cosmógrafo passou a desempenhar uma função importante nesses centros de controle, o conhecimento geográfico não deixou de ser uma área de erudição, mas transformou-se em um aspecto essencial para o funcionamento da política de conquista e colonização.⁸

Nos séculos XVI e XVII, este conhecimento desenvolveu-se na direção de uma ciência especializada. Paulatinamente, o termo cosmografia deu lugar à geografia e os estudiosos da espacialidade passaram a ser chamados de geógrafos. A experiência de navegadores era uma parte fundamental desse conhecimento. A erudição, alimentada pelo conhecimento clássico, ainda era importante para compreender o mundo, mas a observação dessas novas regiões, a experiência, obtida com os próprios olhos era um quesito que legitimava o conhecimento. Avançado o século XVII, a geografia tornou-se mais focada na praticidade de seu conhecimento, como cartografia e navegação. A filosofia natural e a astronomia foram sendo esquecidas na constituição da ciência

⁷ VOGEL, Klaus A. “Cosmography”. In: PARK, Katharine; DASTON, Lorraine. *The Cambridge History of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 472-476.

⁸ *Idem*, pp 480-491.

geográfica, logo a cosmografia do século XV ao XVI era substituída em favor dessas novas maneiras de observar o mundo.⁹

O desenvolvimento da geografia, e a retração da cosmografia, demonstra como uma visão de mundo transforma-se pelas necessidades vigentes. A maneira de entender o espaço da cosmografia do século XV não é inferior ao pragmatismo da nova geografia, ela é diferente pela necessidade de atender a objetivos que permeavam aquela sociedade no momento. Considerando o espaço como algo subjetivo, como Certeau e Padrón afirmam, a geografia do século XVI não é dada apenas pela geometria, mas é formada pela visão dos navegadores e geógrafos que querem ver as regiões dessa maneira para atender aos seus desejos e necessidades.

2.3 Modelos cosmográficos medievais

Uma grande alteração com as navegações do século XV e XVI e o desenvolvimento da geografia foi a revisão das diversas teorias cosmográficas do período medieval. A percepção de como o mundo era formado foi transformando-se na passagem de um século. A concepção do cosmo na Idade Média era bastante ligada à revelação cristã, portanto às escrituras sagradas, mas ela não excluía outras influências como a de filósofos antigos, Aristóteles principalmente. O autor W. G. L. Randles aponta que na Idade Média há uma mistura dessas duas tradições: *bíblico-cratesiana* e a *bíblico-aristotélica*. As duas geraram diversas disputas entre os cosmógrafos. Antes de tratar dos dois modelos, deve-se tratar da representação “T e O” cristã da Ilha de Terra – parte do mundo constituída por terra –, a qual está presente nas duas. Randles trata dessa organização espacial no trecho a seguir. Este mundo era representado como circular com três linhas que se juntavam no meio, formando um “T”. O nome desse mapa foi “T e O” devido a essas duas figuras. A parte de cima do mapa apontava para o Leste, e abaixo Oeste – diferente das direções atuais nos mapas em que o Norte é representado na parte superior. A linha vertical corresponde ao Mediterrâneo, separando a Europa e a Etiópia, atual África. Enquanto, as linhas transversais remetem-se aos

⁹ Vogel, *op. cit.*, pp. 491-496.

Tanis, a esquerda, e ao Nilo, a direita – essas duas separam a Ásia. O encontro desses três rios marca no centro Jerusalém, cidade sagrada, localizada no centro do mundo.¹⁰

A organização do espaço desse modo remete a Cristo. O centro em Jerusalém, indicado como local mais sagrado no mundo, representa a importância do messias. Retomando a noção de espaço medieval como Padrón apontou, os mapas em “T” não são feitos com precisão. Portanto, a representação é mais simbólica do que exata. Na mentalidade medieval, na parte oriental do mundo encontra-se o reino fabuloso do Prestes João, figura mítica que governa um país ideal nos padrões religiosos medievais, e por fim o Paraíso Terrestre. Esses locais fazem parte da configuração espacial do período medieval. Várias narrativas de peregrinação, como a de João de Mandeville de 1366, fazem um trajeto fantástico por essas terras até o Paraíso Terrestre, este fechado por uma parede de fogo.¹¹

O primeiro modelo analisado é a *síntese bíblico-cratesiana*. Segundo Randles, esta cosmografia é proposta por Crates de Malo no Século II a. C., e fundamentada nas obras de Marciano Capela e Macróbio, os dois do século V d. C. Este modelo defendia a divisão do mundo entre terra e água, haveria quatro ilhas de terras. Entretanto, somente uma seria habitável por ser o local onde foi criado Adão. O segundo modelo cosmográfico desse período é a *síntese bíblico-aristotélica*. Este modelo é atribuído a Aristóteles e um dos principais divulgadores dessa teoria na Idade Média foi João de Sacrobosco (1195-1256) com sua obra *Tratado da Esfera* (datada por volta do século XII) no começo do século XIII. O cosmo estaria dividido em quatro esferas de elementos: a água, o mais pesado; seguido, da esfera de terra emergida; a cima desses dois estaria a de ar; por fim, superior a todas as outras a esfera de fogo. Esta sequência segue o peso dos elementos, segundo a física aristotélica. Nas duas representações a terra pode ser representada de maneira plana devido à grande quantidade de água que a circula, tornando-se a Ilha de Terra plana.¹²

Randles aponta uma terceira teoria medieval, a teoria das cinco zonas, atribuída a Parmênides no século V a. C. Entretanto, a autoria desse modelo é atribuída a Aristóteles, segundo José de Acosta. João de Sacrobosco também divulgou este modelo com a sua obra. Segundo esta teoria o mundo divide-se em cinco zonas: duas nos polos,

¹⁰ RANDLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: Uma Rápida Mutação Epistemológica 1480-1520*. Tradução: Teresa Braga. Lisboa: Gradativa, 1990, p. 19.

¹¹ *Idem*, pp. 20-21.

¹² *Idem*, pp. 5-6.

frias; seguidas de duas temperadas; e no meio, o Equador, uma zona quente. Somente as zonas temperadas teriam um clima ameno para possibilitar a vida humana. A zona equatorial também foi chamada de tórrida, e sua suposta inviabilização da vida humana acarretou diversas discussões entre os cosmógrafos no começo do período moderno, e entre os autores do século das descobertas, Acosta entre eles. Segundo Randles, a suposição dessa zona tórrida levou uma simplificação da cosmografia cratesiana, a qual foi reduzida para somente dois continentes. Este segundo seria localizado no lado oposto da Ilha de Terra cristã, nomeada então de Antípodas – nome que significa “pés na cabeça”, designando o lado contrário. A doutrina cristã afirmava que todos os homens descendiam de Adão, assim doutores da Igreja afirmavam que as Antípodas, se elas existissem, não seriam habitadas. Figuras clássicas do pensamento medieval como Lucio Célio Firmiano Lactâncio (240-320) e Agostinho de Hipona, mais conhecido como Santo Agostinho, (354-430) negavam a existência dessas terras. Lactâncio até satiriza os pensadores que acreditavam na possibilidade de outra terra, apontando que esses homens que residiam na Antípoda realmente teriam que ter “pés na cabeça”. Esse autor romano colocava-se contrário à física aristotélica, à esfericidade do mundo, e defendia a terra como plana. Santo Agostinho, embora não fosse tão radical na negação dessa região, aceitava a possibilidade de a terra ser esférica, portanto não se confronta com as teorias aristotélicas. Mas, esse doutor da Igreja defendia a unidade da humanidade a partir de Adão, assim as Antípodas não eram habitadas, e não aceitava a possibilidade da viagem pelos oceanos devido à sua imensidão.¹³ A circum-navegação do continente africano pelos navegantes portugueses levou a questionamentos da zona tórrida e da impossibilidade de vida nessa região.

Essas três teorias não são as únicas que existiram na Idade Média, mas são as mais divulgadas e debatidas pelos cosmógrafos da época. Essa diversidade já aponta que a noção espacial desse momento não era unificada e era bastante debatida. Contudo, um fator comum que pode se ver em todas é a do papel fundamental exercido pela religião cristã. Nenhuma delas nega uma espacialidade cristã, mas encaixa-se nesse modelo. A ideologia espacial dominante nesse momento foi a cristã, embora as cosmografias se alterem, nenhuma delas foi contrária a essa vertente.

Como já foi analisado, essas viagens e o encontro com outras terras levaram a uma nova noção espacial focada em estruturar o mundo de uma maneira precisa, porém

¹³ RANGLES, *op. cit.*, pp. 6-9.

isso não indica que ela será secular. As transformações que esses modelos cosmográficos sofreram não alteraram o aspecto religioso do mundo no século XVI ou ainda no XVII. Essa mudança ocorrerá de maneira lenta e complexa. A revisão dos modelos cosmográficos medievais não significa que serão descartados, mas renovados com novas experiências. Os resultados dessas renovações ou atualizações serão modelos mistos, onde as ideias antigas serão renovadas e incorporadas pelas com novas descobertas geográficas.

3 Império e Ciência

Este capítulo discute o desenvolvimento do conhecimento geográfico no Período Moderno, principalmente nos séculos XV e XVI. As necessidades desse período alteram a maneira de observar e compreender o mundo, o projeto político de um império universal para Espanha impulsiona mudanças que visam atender à construção desse império. Como já apresentado, o entendimento do mundo está ligado às dimensões sociais e culturais de uma sociedade, assim não se pode estudar a ciência desvinculada de seu contexto de origem. Portanto, este capítulo também trata da burocracia e instituições desenvolvidas na Espanha para consolidar uma forma de saber que atendesse às suas necessidades. Também se apresenta o papel dos viajantes do Novo Mundo na construção desse conhecimento. Embora José de Acosta (1542-1600) não seja uma figura vinculada diretamente à Coroa, o jesuíta e a sua obra – *Historia Natural e Moral de las Indias* (1590) – também foram subordinados às regras dessa burocracia e esta foi escrita por meio da viagem. Deste modo, entender como ocorriam esses procedimentos auxilia-nos a perceber qual eram os interesses principais nessa nova parte do mundo, e como o reino espanhol atuou para consolidar um saber sobre ele.

3.1 Instituições e Normas

No capítulo I se mostrou como a Cosmografia alterou-se continuamente com a passagem dos séculos XVI e XVII. Analisou-se como essa mudança foi incentivada e efetivada no campo político. A discussão que é feita nesse tópico, logo, trata das instituições e normas que estabeleceram como deveriam ocorrer a recolha e produção das informações sobre as colônias.

A Coroa Espanhola estabeleceu ao longo do século XVI várias normas e processos relativos às regiões conquistadas. Elas detalhavam quem poderia ir a essas novas regiões, os procedimentos da viagem pelo Atlântico, como deveria se dar a criação de povoados e sua organização, e, mais importante para este estudo, como seria a recolha de informações e sua publicação. Essas normas demonstram a intenção da Coroa tanto de controlar e vigiar o domínio dessas regiões, principalmente as rotas de navegação, quanto de comunicação dessas regiões distantes. Contudo, essa dominação nunca foi realmente efetivada, o tráfico clandestino seja de informações ou produtos – como ouro e prata – nunca conseguiu ser impedido. Deste modo, as normas devem ser

estudadas não como um reflexo da realidade, mas como projetos para serem efetivados. A regulação, também, deve ser analisada em constante alteração, pois os países ibéricos não tinham um projeto único de colonização da região, mas aplicavam medidas segundo as necessidades. Um exemplo desses conflitos na colonização são as diferentes posições de figuras religiosas, como Bartolomeu de las Casas (1474-1566), e de conquistadores, como Hernán Cortés (1485-1547). A posição dos dois difere quanto ao processo de contato da Espanha com os povos que residiam no continente. O missionário apoiava a continuação do domínio indígena sobre as suas terras, assim possibilitando um contato mais amigável entre os nativos, facilitando a conversão e seguindo valores cristãos. O soldado visava uma conquista do território que acarretaria em espólios e aumento da sua glória.¹⁴ Ressalta-se também que as motivações por trás desses projetos não são unicamente econômicas, os diversos segmentos sociais que participaram mostram uma associação de interesses religiosos e científicos nesse projeto. Como Mauricio Olarte afirma, a finalidade econômica está inserida nessas motivações, mas ela não consolida, pelo menos no primeiro momento, o projeto de navegação ou de colonização.¹⁵ O elemento religioso não pode ser visto como mero pretexto, mas como uma parte do projeto – os vários missionários e o projeto político de Las Casas demonstram essa vertente religiosa.

Ao tratar da burocracia e organização das navegações deve-se apresentar a cidade onde se concentravam esses empreendimentos. A cidade de Sevilha, cidade portuária localizada na parte sul da Espanha, sendo a sede da corte, também se tornou o centro de navegação. Esta escolha não foi somente por ser o centro da Coroa Espanhola, mas também por sua posição estratégica com o Atlântico, conectado pelo rio Guadalquivir. Após a viagem de Colombo em 1492, a cidade começou a ter aumento constante de embarcações. Segundo Olarte, o número de embarcações que saíram no período 1504-1555 seria de 2865 embarcações – no final do século XVI já totalizavam 7000. Embora no século XVII ocorra uma diminuição de viagens, entre 1604 a 1640 totaliza 438. As expedições do século XVI mostram números constantes de aumento de viajantes demonstrando um crescimento nessas jornadas ao longo de todo este século. A quantidade de navios que voltava para a cidade era inferior devido a ataques de piratas

¹⁴ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Tradução: Beatriz Perrone. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 172-179.

¹⁵ OLARTE, Mauricio Nieto. *Las máquinas del império y el reino de Dios: Reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlántico del siglo XVI*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2013, pp. 10-13.

ou naufrágios. Devido ao crescimento de Sevilha com as navegações, a diversidade étnica da cidade só aumentou; diversos navegantes de outras nações viajavam para a cidade para comercializar. A cidade também foi moradia de diversos banqueiros, navegantes, cosmógrafos e artesãos. Com o avanço da colonização, o comércio de produtos exóticos das colônias também aumentou, resultando em um crescimento de comerciantes em Sevilha. Produtos variavam desde animais e comidas, metais preciosos, principalmente ouro e prata, até nativos das Índias trazidos para serem analisados na cidade. Como Olarte descreve, as navegações não criaram essa diversidade e indústria marítima, mas incentivaram o desenvolvimento e crescimento de uma já existente. Em suma, Sevilha era o centro de organização da Espanha quanto à expansão e também concentrava o conhecimento e produtos das regiões encontradas.¹⁶

Para controlar esses empreendimentos foi criada uma instituição específica, nomeada *Casa de la Contratación*, fundada em 1503. Ela foi encarregada dos mais diversos tipos de assuntos sobre as navegações e colonizações. Olarte apresenta a diversidades de responsabilidades que essa instituição exerceu:

A Casa de la Contratación, mais de que um lugar de armazenamento ou uma alfândega, se transformou em uma completa instituição, a qual lhe atribuíram uma extensa lista de funções comerciais, técnicas e jurídicas. Sua missão geral se traduziu no cumprimento de tarefas específicas tais como: garantir as condições de navegação dos barcos, conceder licenças necessárias para empreender viagens, confeccionar as memórias ou *registro* de todo tipo de embarcação com destino às Índias, cobrar os direitos mercantis, organizar e inspecionar as frotas, ensinar aos pilotos e controlar o uso e desenho das cartas de navegação. Além disso os oficiais da Casa de la Contratación intervinham como juízes em todas as causas civis e criminais relativas à quebra de suas normas e o processo de repartição e divisão dos bens dos espanhóis que faleceram do outro lado do Atlântico sem herdeiros.¹⁷

A *Casa de la Contratación* concentrou o controle tanto da fiscalização do comércio quando de questões técnicas e jurídicas do Novo Mundo. Entre essas funções da instituição, a mais relevante para esse trabalho é o controle de informações da

¹⁶ OLARTE, *op. cit.*, pp. 38-43.

¹⁷ *Idem*, p.40. Tradução livre do trecho: “La Casa de la Contratación, más que un lugar de almacenamiento o una aduana, se transformo en una compleja institución, a la que se le asignaron una extensa lista de funciones comerciales, técnicas y judiciales. Su misión general se tradujo en el cumplimiento de tareas específicas tales como: garantizar las condiciones de navegabilidad de los barcos, conceder las licencias necesarias para emprender viaje, confeccionar las memorias o registros de todo cuanto era embarcado con destino a las Indias, cobrar los derechos mercantiles, organizar e inspeccionar las flotas, adiestrar a los pilotos y controlar el uso y diseño de las cartas de navegación. Además, los oficiales de la Casa de Contratación intervenían como jueces en todas las causas civiles y criminales relativas al quebrantamiento de sus normas y en el proceso de repatriación y adjudicación de los bienes de los españoles que fallecían al otro lado del Atlántico sin herederos.”

colônia e quem poderia ir ao Novo Mundo – indivíduos como mouros, cristãos-novos e descendentes de pessoas julgadas culpadas pela Inquisição não poderiam ir.

Esse volume de atribuições servia para a Coroa Espanhola controlar e saber o que ocorria nas suas colônias, assim como a comunicação com as diferentes partes desse império que se desejou universal. Algumas das medidas que mostram esse interesse são os regulamentos de 1509-1510. Estes estabeleciam o horário de trabalho dos funcionários para fiscalização de todos os barcos. Estas ordens também obrigaram o registro de entrada e saída de produtos e pessoas em livros de contas. Contudo, novamente, nunca se teve um domínio efetivo de todas as viagens e informações. O contrabando e espionagem ocorreram tanto nas colônias quanto na Espanha. Este controle de produtos e informações reflete-se na produção de saber a respeito do Novo Mundo. Essas proibições da coroa refletem-se nas obras de naturalistas e cosmógrafos que não podiam publicar certas informações como a localização de rotas e locais de minas de ouro. A obra de Acosta também passou por essa fiscalização antes de se tornar pública.¹⁸

Com o crescimento das navegações e expansão da colonização, seja por meio da guerra ou com o contato com os povos indígenas, as medidas e responsabilidades da *Casa de la Contratación* aumentaram. Contudo, em 1543, essa instituição foi submetida à fiscalização do *Consejo Real y Supremo de las Indias* por ordem de Carlos V, devido ao grande número de subornos dos funcionários que levava ao tráfico ilegal de mercadorias. O conselho foi criado em 1524 e sua principal função era a administração judicial sobre as colônias. Ele também era encarregado de regular a situação dos indígenas.¹⁹

No decorrer do século XVI percebe-se uma intensificação de normas para consolidar uma “metodologia” visando uma praticidade. A função de cosmógrafo foi oficializada na *Casa de la Contratación* em 1552 – incorporando uma visão técnica ao aparato burocrático. Entre essas medidas também foram emitidas ordens sobre navegação que estabeleciam como deveriam ser as práticas de navegar e organizar os barcos, impondo, assim, uma forma única e visando um fim prático para a arte de navegar. Em 1573, publicaram-se as normas *Ordenanzas para Información del libro de las descripciones de índias*, semelhante às ordens sobre navegação, estabeleciam um

¹⁸ OLARTE, *op. cit.*, pp. 40-43.

¹⁹ *Idem*, pp. 44-45.

modelo de registro de informações. Olarte aponta que essas ordenações definiam a função do cosmógrafo. Este deveria catalogar e calcular a dimensão dos locais de maneira precisa, descrever ritos e costumes dos nativos, catalogar plantas e espécimes encontrados, além do itinerário de viagem.²⁰ A pesquisadora Elena Altuna também aborda a obrigatoriedade de determinadas figuras políticas – oficiais da coroa – apontadas nas ordenações de 1573 em produzir relatos. Oficiais em missão pela Coroa tinham a obrigação de produzir memórias sobre a viagem para serem catalogadas. A autora também aponta as ordenações de 1577 que tratam do uso de questionários, denominados de *Relaciones Geograficas*, entre os habitantes das colônias – sejam estes nativos ou colonos – para recolha de informações. Os temas dessas questões tratavam da geografia local, natureza até a posição dos astros para localização marítima ou terrestre.²¹

O viajante ao retornar a Sevilha deveria entregar uma cópia de seus escritos para o cosmógrafo da instituição responsável, este se encarregaria de registrar e catalogar as informações para uso da Coroa. A experiência do viajante em ver e registrar esse Novo Mundo foi valorizada e consolidada por meio dessas ordenações, portanto a experiência foi considerada como fonte válida do conhecimento. Para manter em sigilo as informações das obras, algumas nunca foram publicadas e permaneceram como manuscritos. Somente foram levados a público conhecimentos que não comprometessem o domínio espanhol. Por exemplo, rotas específicas e locais com grande quantidade de metais não eram mostrados.²²

As Ordenações sobre a escolha de temas tratados e como deveriam ser descritos consolidava um gênero literário para descrição do Novo Mundo. Deste modo, essas medidas constituíram as regras de uma escrita científica válida nesse período. A imposição desse formato e o controle de informações também formatavam a experiência dos viajantes, seja por terra ou mar, em uma mesma linguagem com finalidades práticas. Essas ordenações e regulamentos influenciaram a construção de uma ciência. Estes procedimentos burocráticos apresentados não podem ser interpretados como uma formalidade, ou simplesmente uma censura para controle de informações. Os procedimentos organizavam e estabeleciam uma forma padrão. O centro das navegações

²⁰ OLARTE, *op. cit.*, pp. 47-50.

²¹ ALTUNA, Elena. “Viajes coloniales. Perú, siglo XVII”. *Andes*, n. 11, 2000, pp. 5-12. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12701103>>, acessado em 14 de fevereiro de 2016.

²² OLARTE, *op. cit.*, pp. 48-49.

em Sevilha com instituições específicas servia para concentrar todo esse conhecimento do Novo Mundo e formatá-lo em linguagem – possibilitando um controle mais fácil e organização da informação das colônias e expedições.²³ Cronistas, como Francisco López de Gómara (1511-1566), não teriam conseguido produzir sua obra *Historia General de las Indias* (1552) sem o uso desses procedimentos. Deste modo, a visão de espaço americano foi estabelecida por esses métodos e suas finalidades.

Contudo, a produção científica feita por meio dessas instituições não foi isenta de religiosidade ou somente visando um meio útil e prático. Nesse período, a noção de uma ciência objetiva e isenta de aspectos metafísicos não existia. A explicação da natureza se fazia também por desígnios divinos e o uso de metáforas metafísicas para demonstrar o funcionamento do Cosmos. A Coroa não tinha intenções de criticar a autoridade católica, as navegações e colonizações tinham como uma de suas finalidades divulgar e espalhar a fé cristã. Olarte, ao analisar os manuais de navegação, aponta a finalidade da navegação com o religioso, o sucesso comercial também estava vinculado a essa intenção religiosa:

A importância histórica da navegação tem para os autores espanhóis uma explicação religiosa e são muito frequentes as referências bíblicas nas quais o comércio e a religião se combinam. Graças à arte de navegar São Paulo pôde chegar a Roma, o Rei Salomão levou tesouros por mar para poder construir seu templo, Noé salvou as criaturas do universo com uma grande nave e sem a navegação não poderia ser possível propagar a fé.²⁴

Embora esses textos tenham como aspecto fundamental tratar do conhecimento de navegar para evitar o naufrágio, sua finalidade e motivação também eram demonstrar a natureza como obra divina, admirando o conhecimento do Criador. O sucesso era consequência do serviço ao divino. Deste modo, o conhecimento produzido pela *Casa de la Contratacion* teve uma finalidade prática e objetiva, mas esta não estava desvinculada de outras maneiras de observar e entender o mundo. Sendo o Renascimento um momento de interação de diversas vertentes diferentes, essa conciliação faz parte do momento histórico. Para entender como elas se articulam e se completam deve-se analisar a figura do viajante e analisar como este concilia visões antigas com novas abordagens.

²³ OLARTE, *op. cit.*, pp. 51-52.

²⁴ *Idem*, pp. 63. Tradução livre do trecho: “La importancia histórica de la navegación tiene para los autores españoles una explicación religiosa y son muy frecuentes las referencias bíblicas en las cuales el comercio y la religión se combinan. Gracias al arte de navegar San Pablo pudo llegar a Roma, el Rey Salomón llevó tesoros por mar para poder construir su templo, Noé salvó las criaturas del universo en una gran nave y sin la navegación no habría sido posible la propagación de la fe.”

3.2 O viajante e a escrita

Como visto no tópico anterior, as normas imperiais visavam apreender a experiência do viajante para consolidar um conhecimento do Novo Mundo, utilizando deste para efetivar seus projetos fossem econômicos, religiosos ou políticos. Portanto, a figura do viajante é a que consolida o saber desse Novo Mundo. O papel da viagem, nesse período histórico, estabeleceu uma fonte de informação relevante para o conhecimento de regiões desconhecidas. A experiência dessa expedição ao desconhecido foi estabelecida como uma fonte de credibilidade para entender o mundo. As fontes anteriores de conhecimento – tradição clássica e a bíblica – participam do desenvolvimento de um saber, os viajantes compreendiam o mundo segundo cosmologias estabelecidas em períodos anteriores e as teorias medievais ainda são importantes para compreender o mundo. O modo que este novo expedicionário apresenta sua experiência é por meio da escrita, portanto ele descreve a jornada tratando do que viu e vivenciou. A escrita teve um papel bastante relevante na conquista do Novo Mundo, seja na comunicação ou no controle da região. A obra de Tzvetan Todorov, *A Conquista da América*, demonstra os vários usos que foram feitos dela. O autor, analisando o diário de Cristóvão Colombo, aponta que a nomeação dos lugares pelo almirante equivale a uma forma de possuí-los. A escolha de um único topônimo exclui o nome que os nativos deram a um determinado local, ainda consolida uma visão europeia, que homogeneiza tanto o espaço quanto seus habitantes. Outro exemplo que Todorov analisa é como o uso da linguagem escrita pelos europeus lhes fornece o controle da informação para conquistar as nações indígenas. O controle da comunicação escrita concedeu aos europeus possibilidade de interpretar e manipular a situação a seu favor.²⁵

Com as viagens a essas novas regiões, os modelos medievais começaram a ser questionados. A viagem para essas regiões significava desbravar o desconhecido, com animais e plantas nunca antes vistos, além dos habitantes com costumes completamente diferentes dos europeus. A própria noção de mundo transformou-se, a travessia do Equador e o encontro com outras regiões, como um novo continente, quebravam uma visão de mundo e reforçavam uma revisão dos procedimentos de como entendê-lo.

²⁵ TODOROV, *op. cit.*, pp. 15-32; 95-119.

Edmund O’Gorman interpreta esse momento como um significado de libertação para a tradição europeia cristã. O autor aponta que, segundo o pensamento medieval, a Ilha de Terra – *orbis terrarum* – era o local onde o homem poderia habitar. Essa região seria propícia por causa da temperatura estável e condições favoráveis, contudo o motivo principal era um local que foi construído por Deus, como um presente, especialmente para o homem. Deste modo, a especulação da existência de outras terras – neste caso ilhas – não eram irrefutáveis, como a Antípoda, entretanto essas outras não possibilitariam a existência de vida – como apontado por Santo Agostinho. O’Gorman afirma que se o pensamento da época considerava a existência de vida em outras ilhas, esta seria de monstros – como gigantes ou homens sem cabeça. Essa noção de outras terras não se constitui na Idade Média, mas é um legado do pensamento clássico grego. Assim, a viagem e o encontro de outra terra marca o momento em que esse pensamento é questionado, segundo o historiador mexicano, pois o encontro e conquista de outra terra libertou o ser humano de seu local de origem – seguindo o pensamento medieval. O oceano era a representação da prisão do homem, a imensidão dele demonstrava a prisão da humanidade ao *orbis terrarum*. A viagem tornou o oceano uma rota, um meio de comunicação com o mundo. Essa interpretação histórica demonstra como o pensamento medieval compreendia o espaço de origem e como o encontro com outras terras participa de um processo de transição de inovação do entendimento do homem sobre o espaço.²⁶ Contudo, essa interpretação não esclarece como os viajantes compreendiam e atribuíam significado a essas novas descobertas.

Se analisarmos a obra dos viajantes, observa-se como essa quebra do mundo conhecido demonstra-se como algo que a mentalidade europeia não tinha termos para representar. A obra de Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557) – conquistador que participou de expedições no Caribe – *Sumario de la natural historia natural de las Indias* (1526) faz comparações e analogias com objetos e produtos conhecidos para demonstrar esse desconhecido. Olarte aponta que essa medida é uma maneira de naturalizar esse desconhecido, assimilar o estranho para torná-lo comum – ou pelo menos encaixá-lo em um significado compreensível.²⁷

A comparação e a analogia são usos da linguagem para compreender algo com o qual nunca se teve contato. Portanto, a interpretação de O’Gorman de quebra da origem

²⁶ O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. Tradução: Ana Maria Martinez Corrêa; Manoel Lelo Belloto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 183-195.

²⁷ OLARTE, *op. cit.*, p. 228

e liberdade para conquistar o mundo não pode ser vista como algo momentâneo, mas como um processo, para entender como o novo é entendido pelo antigo. Um exemplo dessa situação são os esclarecimentos de diversas suposições sobre o Novo Mundo no primeiro livro da obra de José Acosta. Essas suposições consideravam que essa região compreendia as terras do rei Salomão e os indígenas seriam uma das tribos de Israel. Essas considerações demonstram como esse “novo” era incorporado ao conhecimento e a visões já estabelecidas. O conhecimento clássico não será refutado, mas utilizado para compreender essas novidades. O período do Renascimento conciliou a experiência e o conhecimento erudito, com isso as produções de saber sobre o Novo Mundo utilizavam-se dos clássicos para compreender essa nova parte do mundo, resultando em uma reforma dessas antigas considerações.

Segundo Ricardo Padrón, a narrativa dos cronistas espanhóis também não foi uniforme no século XVI. Os diversos viajantes tinham diferentes maneiras de observar esse Novo Mundo. Não se pode interpretar a experiência de somente um e considerá-la como a única válida. Como se viu, noção espacial é submetida à subjetividade do observador, a diversidade de viajantes com diferentes visões de mundo levou às diversas considerações diferentes. Soldados, missionários, comerciantes, navegadores e burocratas participaram dessas expedições e os registros de cada um deles se diferenciam dependendo do que desejam ver. O registro de conquistadores como Oviedo e Cortez, missionários como Las Casas e Acosta ou marinheiros como Colombo tem diferenças consideráveis devido às suas funções e visões. Segundo Padrón, essas diferenças, contudo, não alteram a constituição de um continente novo e diferente – mas fazem uma constante construção da América nesse período. O tema de todos esses viajantes ainda é o Novo Mundo, assim eles todos envolvem-se em constituir a noção de uma nova parte do mundo, embora esse Novo Mundo se altere em cada obra.²⁸

A constituição dessa geografia se fez atribuindo significado a determinados locais. A montanha de Potosí, sendo um local de grande produção de prata, foi colocada representando o continente em vários mapas. A América também foi nomeada de peruana em alguns deles, devido à importância do Peru.²⁹ Padrón e Olarte abordam que as narrativas dos conquistadores desenvolvem a própria noção de América dentro do

²⁸ PADRÓN, *op. cit.*, pp. 21-32.

²⁹ DORÉ, Andrea. “America Peruana e Oceanus Peruvianus: uma outra cartografia para o Novo Mundo”. *Revista Tempo*. Vol. 20, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2014/10/rolling-pass_tem_3611_pt.pdf>, acessado em 04 de julho de 2016.

domínio do Império Espanhol, ou seja, localizada num mesmo espaço espanhol. Portanto, a América é uma naturalização do desconhecido, uma forma de compreender e juntar esse estranho e novo. Deste modo, a própria noção de Novo Mundo foi determinada por essas finalidades políticas. Padrón, retomando O’Gorman, define essa constituição do espaço como uma *metageografia*.³⁰ O uso da linguagem e da escrita constrói uma forma de ver essas regiões. O texto desses viajantes irá produzir identidades, espaços de continuidade ou separação de pessoas e territórios, e a maneira de se relacionar com essa nova parte do mundo.

3.3 Ciência espanhola no século XVI

As informações apresentadas nesse capítulo demonstram que a Espanha do século XVI constituiu uma ciência para entender o Novo Mundo. A literatura dos viajantes que associavam tanto a experiência quanto os conhecimentos clássicos para entender o Novo Mundo, mais as normas que padronizavam esse saber para uma mesma linguagem e finalidade, mostra todo um empreendimento para consolidar um saber. Contudo, esse saber não é laico, não é uma quebra com os padrões anteriores, mas associado a estas vertentes. Essas diferenças associam-se para consolidar uma ciência atendendo às visões e necessidade do período.

Ao tratar de ciência nesse momento com essas características teológicas, critica-se o caráter científico dessas obras. Contudo se analisarmos os modelos apresentados por Bruno Latour, a noção de ciência encaixa-se nesse momento. Este autor, ao tratar da constituição da ciência no decorrer do século XV ao XVII, aponta que nesse período não ocorreu o surgimento de um novo ser humano, racional e crítico, o qual diferenciava-se do medieval por sua análise fria da natureza. A transformação que levou ao surgimento da ciência, segundo os padrões atuais, ocorreu na forma de ver o mundo e as necessidades sociais vinculadas a essa nova percepção. A visão que o pesquisador aponta não é uma transformação mental, mas literalmente uma mudança de como era visto o mundo – uma *consciência ótica*. Essa visão altera-se nesse período, segundo Latour, devido à escrita e ao desenho, pois este como instrumento possibilita a construção de uma visão do mundo. Não se enxerga uma ilha pelos olhos, mas pelo uso do mapa pode-se observá-la em sua totalidade. Segundo o autor, o invisível torna-se

³⁰ PADRÓN, *op. cit.*, pp. 21-32.

visível por esses procedimentos. As necessidades sociais são as motivações relacionadas com a produção desse saber, seja ela econômica, religiosa ou imperial. Essas motivações impulsionam o desenvolvimento dessa visão e validam a retórica e imagem de mundo desse saber. Um dos instrumentos que representa essa *consciência ótica* é o papel, mais precisamente o uso dele. Este transmite a informação de um local para outro de maneira intacta, possibilitando o envio de informação de um lugar para outro. Latour chama estes objetos e o procedimento de transporte de *móveis-imóveis*. O local de chegada da informação seria um centro de armazenamento. Esse centro de cálculo seriam as instituições de conhecimento que padronizariam toda informação trazida. Este local também avaliaria a informações válidas e produziria um conhecimento global por meio de associação de dados. Deste modo, as informações de uma ilha no Pacífico podem ser associadas com o restante de dados deste oceano para montar uma visão de todo. Em suma, este autor propõe o modelo de recolha de informação por um viajante que leva esse conhecimento, de forma intacta, até o centro de armazenamento.³¹

Ao associar esse modelo de Latour com o apresentado pelas expedições do século XVI, percebe-se que os viajantes por meio da escrita, baseada na experiência, constituíam uma visão dessa América. Estas narrativas eram transportadas para Sevilha, onde a *Casa de la Contratación*, atuando como centro de cálculo, padronizava, armazenava e associava os dados. O desejo da instituição de produzir um mapa, nomeado de *Padrão Real*, que mostraria todo o domínio espanhol demonstra como essa instituição montava e remontava as informações dos viajantes para formar um conhecimento global.³² Portanto, a Espanha nesse período desenvolveu uma ciência que seria seguida por outras nações europeias posteriormente. Uma historiografia mais tradicional da ciência aponta que os reinos ibéricos não participaram da “Revolução Científica” do Período Moderno, permanecendo na periferia do processo. Historiadores da Ciência, como Georges Bassala, apontavam que os países ibéricos não tinham uma predisposição para o desenvolvimento da ciência e ainda associava a América Latina a esse atraso:

A Ciência Colonial na América Latina, por exemplo, avançou lentamente comparado com o desenvolvimento da Europa Ocidental. Várias possibilidades de explicação desse atraso podem ser propostas, mas incluindo

³¹ LATOUR, Bruno. “Cognição e visualização: Pensando com olhos e mãos”. Tradução: David Palacios. In: *Terra Brasilis* (Nova Série). n. 4, 2015. Acessado em: < <http://terrabrasilis.revues.org/1308>>, de 14 fevereiro 2016.

³² OLARTE, *op. cit.*, pp. 183-206.

nesse deve ter a realização que a ciência moderna não foi extensamente cultivada na Espanha e Portugal, colonizadores da América do Sul.³³

Essa historiografia, embora já esteja superada, demonstra uma aversão às considerações ibéricas e mais tarde latino-americanas. Pelo apresentado nesse capítulo, percebe-se que nesse período os reinos ibéricos incentivaram e controlaram um empreendimento de compreensão de região, o qual foi um início para o desenvolvimento da ciência moderna. Mauricio Olarte mostra como os ibéricos constituíram modelos que serviram de exemplo para os outros empreendimentos marítimos, como *Casa de la Contratación* e seus procedimentos técnicos. O autor considera essa instituição como proto-moderna.³⁴

Por fim, o desenvolvimento dos conceitos de ciência na Península Ibérica e a mudança de visão de mundo se deram devido ao processo de compreensão da América. Padrón e Olarte colocam que as expedições para o Novo Mundo e outras regiões mudaram também a maneira de entender a própria Europa. O desenvolvimento da ciência ocorreu nesse contexto de alteração, seja das regiões encontradas seja da própria Europa.

³³ BASSALA, G. "The spread of Western Science". *Science*. Vol. 156, n. 3775, 1967, pp. 611-622. Tradução livre do trecho: "Colonial Science in Latin America, for example, advanced slowly as compared with developments in Western Europe. Several possible explanations of this lag may be proposed, but included among them must be the realization that modern science had not been extensively cultivated by Spain and Portuguese, the colonizers of South America."

³⁴ OLARTE, *op. cit.*, pp. 254-259.

4 José de Acosta e a América

Apresentado o contexto histórico e as influências que se exercem e permeiam a fonte estudada, parte-se para o seu estudo.

Como já mencionado anteriormente, José de Acosta viajou para o vice-reino do Peru em 1572, sua estadia durou 14 anos nessa região. Em 1586 dirigiu-se para o vice-reino da Nova Espanha. No ano seguinte, retornou à Espanha. Em 1590, o jesuíta publicou sua obra *Historia Natural y Moral de las Indias*.³⁵ Esta obra é dividida em sete livros. Os quatro primeiros tratam de História Natural, ou seja, o cosmo, aspectos geográficos do Novo Mundo, condições climáticas, além dos minerais, da flora e da fauna. Os três restantes tratam sobre História Moral, que relata sobre a história dos grupos ameríndios, seus costumes e hábitos. Nessa parte também se encontram as considerações do jesuíta sobre as práticas dos indígenas. Apesar da diferença de temas, essas duas áreas do saber não eram independentes e possuíam o mesmo propósito de consolidar um conhecimento sobre o Novo Mundo. Como a pesquisa visou tratar como a obra constrói uma visão geográfica da América, analisou-se somente os quatro primeiros livros.

O primeiro livro aborda o cosmo e a localização do Novo Mundo. Acosta, ao tratar da existência dessa região, destaca as objeções feitas por Lactâncio e Santo Agostinho quanto aos Antípodas, propondo explicações para os erros desses pensadores eclesiásticos. Outra teoria que o autor discute nesse primeiro livro é a impossibilidade de vida na zona tórrida e aponta erros cometidos por Aristóteles ao afirmar um calor excessivo nessa região. O jesuíta também esclarece várias suposições feitas quanto a essa terra segundo preceitos bíblicos, como a região das minas de Salomão, localizadas em Ofir e Tharsis. Ainda nesse livro, o autor propõe que as Índias Ocidentais são conectadas ao restante do mundo, assim a América também é parte da *orbis terrarum*. Deste modo, explica a existência da vida nessa região.

O segundo livro analisa especificamente a teoria da zona tórrida. O autor, portanto, foca-se na teoria das zonas e no pensamento aristotélico sobre o calor excessivo no Equador. Nesse livro, o principal ponto analisado é o clima nessa zona, descrito como bastante úmido devido à quantidade de chuvas, diferente do que os

³⁵ ACOSTA, Joseph de. *Historia Natural y Moral de las Indias: en que se tratan de las cosas notables del cielo / elementos / metales / plantas y animales dellas y los ritos / y ceremonias / leyes y gobierno de los indios*. México: Fondo de Cultura Economica, 2006.

clássicos afirmavam. O jesuíta apresenta os motivos das chuvas, associando com os vapores dos oceanos e o movimento dos ventos.

O terceiro livro aborda como os quatro elementos básicos se comportam no Novo Mundo. Essa parte da obra trata do movimento dos ventos, a configuração das águas; a qualidade da terra; e o encontro com áreas quentes como vulcões. Apresenta-se com mais destaque nesse livro os ventos e as águas e como ocorre o funcionamento desses para chegar as Índias Ocidentais. O autor descreve os diferentes ventos e suas qualidades, e quais deles foram utilizados para ir às Índias Ocidentais e Orientais por causa das diferentes correntes nos hemisférios norte e sul – além dos efeitos que podem ocasionar nos viajantes. Quanto às águas, o missionário descreve desde oceanos a lagos, abordando a diferença entre o mar do norte e do sul que rodeiam o Novo Mundo. Também aborda a passagem pelo Estreito de Magalhães e sobre os rios e lagos são destacados aqueles mais indicados para a pesca e para o transporte. Os elementos terra e fogo são descritos brevemente: o primeiro quando se trata da qualidade do solo e a produção; o segundo diz respeito à atividade dos vulcões. Acosta aponta que não há diferenças relativas ao fogo nos dois hemisférios.

O quarto e último livro estudado analisa os minerais, fauna e flora do Novo Mundo, criados por meio dos quatro elementos básicos. O livro apresenta e trata sobre eles segundo uma ordem de importância. Começando com os metais, passando para plantas e por fim os animais. Nesse livro, Acosta destaca os minérios, detalhando as grandes quantidades de ouro e prata do vice-reino do Peru, também trata das minas onde foram encontrados e procedimentos de extração. Aborda-se o mercúrio, este para os processos de pureza da prata, e esmeraldas, embora não sejam muito valorizadas devido a grande quantidade encontradas nas minas. Quando às plantas e animais, o missionário apresenta toda uma diversidade, detalhando de modo simples os usos de cada um, contudo esclarece que não é apresentada toda a variedade das Índias devido a quantidade.

A escolha desses temas é feita para explicar o funcionamento do Novo Mundo. O jesuíta apresenta esse motivo no prólogo da sua obra:

Sobre Novo Mundo e Índias Ocidentais vários autores escreveram diversos livros e relações, em que dão notícias sobre as coisas novas e estranhas, que em aquelas partes tem se descoberto, e sobre os feitos e sucedidos dos espanhóis que conquistaram e povoaram. Mas até agora não foi visto autor que trata de declarar as causas e razões de tais novidades e estranhezas da

natureza, nem se fez discurso e perguntas sobre essa parte, tampouco encontra-se livro cujo argumentos sejam os feitos e história dos mesmos índios antigos e naturais habitantes do Novo Mundo.³⁶

Portanto, o autor propõe tratar dos motivos que deram origem às “novidades e estranhezas” do Novo Mundo. Deste modo, o objetivo do texto é explicar as condições climáticas e o funcionamento dessa região. A escolha de temas e seu modo de apresentação refletem essa intenção: primeiro analisando o cosmo, depois as condições do continente e, por fim, os componentes elementares e suas formações. Inicia-se da maior dimensão para a menor, explicando como ocorre o funcionamento do cosmo e os elementos. Como o próprio autor afirma, o texto não trata da conquista ou da exploração da América, pois, segundo Acosta, esses acontecimentos já foram apresentados por vários cronistas. O jesuíta também não faz um trajeto de viagem ao longo da narrativa, somente se especifica um determinado local para explicar algum material ou fenômeno observado. Acosta descreve e estuda as Índias Ocidentais sem especificar e diferenciar esse espaço, tratando toda a América como uma generalização. Deste modo, a visão do missionário sobre a América nesse relato é uma panorâmica.

Ricardo Padrón ao estudar a narrativa de cronistas do século XVI, define duas perspectivas para relatar o espaço. A primeira seria a unidimensional que consiste em detalhar um trajeto de viagem. Durante a narrativa, apresenta cada lugar visitado, o que foi visto quanto a natureza e animais, além dos costumes dos habitantes. Essa forma de narrativa é apontada como vinda do medievo, textos de Marco Polo (1254-1324) e João de Mandeville (século XIV) são exemplos dessa tradição. A segunda forma apontada pelo historiador seria a narrativa bidimensional, também definida como panorâmica. Esta apresenta locais como uma generalização, não se apresenta localização de detalhes que ela contém ou diferenças. Padrón utiliza uma analogia de um mapa que retrata a dimensão de países, porém sem mostrar o que eles contêm. Por meio dessa narrativa constrói uma unidade de espaço, pois não se demonstra diferenças ou conflitos na descrição.³⁷

³⁶ ACOSTA, *op. cit.*, p. 13. Tradução livre do trecho: “Del Nuevo Mundo e Indias Occidentales han escrito muchos autores diversos libros y relaciones, en que dan noticia de las cosas nuevas y extrañas, que en aquellas partes se han descubierto, y de los hechos y sucesos de los españoles que las han conquistado y poblado. Mas hasta ágora no he visto autor que trate de declarar las causas y razón de tales novedades y extrañezas de naturaleza, ni que haga discurso e inquisición en esta parte, ni tampoco he topado libro cuyo argumento sea los hechos e historia de los mismos indios antiguos y naturales habitantes del Nuevo Mundo.”

³⁷ PADRÓN, *op. cit.*, pp. 46-84.

Padrón analisa como essa segunda narrativa geográfica é dotada de ideologia para a construção de uma visão de América que atenda à dominação espanhola. O historiador seleciona três cronistas para estudar essa narrativa no período: Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), Francisco López de Gómara (1511-1564) e Bartolomeu de Las Casas (1474-1566). Os dois primeiros constroem nas suas obras uma ideia de América que atenda aos projetos imperiais. Padrón afirma que Oviedo foi definido como o primeiro a elaborar uma narrativa geográfica sobre a América, tratando da conquista dela. Contudo, Gómara foi o historiador e cosmógrafo que consolidou uma visão de América coesa e vazia para dominação. Este cosmógrafo em sua obra faz uma síntese do Novo Mundo, esta descrição que rápida e sem diferença constitui uma unidade. Este ainda define a América como uma ilha, determinando toda a extensão desse local e afirmando que a conquista desta região já se encerrou, sendo parte do império espanhol. Portanto, os conquistadores ao chegarem e guerrearem com as comunidades ameríndias tomaram posse de toda extensão do continente, pois este é um único lugar. Las Casas, embora tenha se posicionado contrário à dominação espanhola e ao tratamento dado aos indígenas, apresenta seus argumentos contra a violência dos conquistadores apresentando a América como uma unidade, um reflexo da ilha de Espanhola (atual Cuba) em sua beleza e grandeza. Este dominicano representa o espaço como determinado pelas suas condições climáticas, dando um significado para América segundo seu clima. Percebe-se que os três autores se apoiam em uma visão de unidade, contudo os objetivos por trás de cada discurso geográfico se diferenciam pela sua ideologia.³⁸

Padrón utiliza o conceito de *metageografia* para definir essa produção de significado do espaço. Este termo é derivado dos estudos de Edmund O’Gorman, pesquisador que trabalha com o conceito de *metageografia* sobre o discurso de descoberta da América por Cristovão Colombo (1451-1506). O’Gorman também foi um historiador muito relevante para a historiografia sobre a visão da América. A interpretação do historiador mostra a insustentabilidade teórica do descobrimento de um continente inteiro pelo almirante genovês. Colombo não poderia ter descoberto um continente inteiro sendo que somente chegou a uma ilha, batizada de Espanhola (atual Cuba), que ainda pensava pertencer a Ásia. A ilha encontrada foi vista como parte de uma segunda península na Ásia, denominada de Quersoneso Áureo. A ideia da

³⁸ PADRÓN, *op. cit.*, pp. 137-184.

descoberta é demonstrada como uma interpretação teleológica – identifica Colombo como uma figura responsável pelos eventos futuros que ocorrem quanto ele não teve nenhuma participação neles. O’Gorman aponta que essa invenção teve influência tanto na mentalidade europeia quanto nos projetos políticos imperiais das coroas. Consolidase uma espacialidade para a compreensão do que se via; a América foi criada para entender esse continente.³⁹ A finalidade política foi a tomada de posse de todo o continente pelo discurso da descoberta dele, nesse momento atendendo aos interesses da Espanha. O’Gorman representa um autor importante para estudar a visão e entendimento da América, contudo a perspectiva da invenção não é utilizada pela historiografia mais atual. Os estudos recentes focam-se no entendimento da construção de um espaço, analisando como todo esse contexto apresentado nos capítulos um e dois molda uma visão e significados sobre a América.

Todavia, O’Gorman, sendo o responsável pela edição moderna estudada, apresenta informações e interpretações sobre a obra de José de Acosta. Como demonstrado, Acosta pertence a essa historiografia de unidade sobre a América, pela forma como relata e unifica esse continente. Edmund O’Gorman aponta que Acosta consolida uma visão de América que seja igual às outras partes do mundo: Europa, Ásia e África. O próprio Acosta mostra explicitamente essa comparação do Novo Mundo com os outros continentes: “Para a intenção que levamos, basta-nos até agora saber certo que há terra nesta desta parte do Sul, e que é terra tão grande como toda a Europa e Ásia e mesmo África”.⁴⁰

Por meio dessa qualificação do continente, o jesuíta realiza o processo que associa essa nova região como parte do antigo mundo. Deste modo, José de Acosta associa a Novo Mundo com a *orbis terrarum*. Deste modo, as Índias Ocidentais não são o encontro com outro mundo, mas uma continuação da ilha de terra. O’Gorman ainda afirma que Acosta não inventa um local, mas o explica:

Mas como se trata, precisamente, de umas implicações, quer dizer, de algo não expressamente declarado, faziam falta explicações ou, em outros termos, surgiu, a partir daquele momento, a necessidade de mostrar de que maneira a existência daquela entidade se acomoda dentro da nova imagem de universo, de mundo e da história que sua presença e seu reconhecimento como continente e como Novo Mundo haviam suscitado. Semelhante necessidade

³⁹ O’GORMAN, *op. cit.*, pp. 99-179.

⁴⁰ ACOSTA, *op. cit.*, p. 30. Tradução livre do trecho: “Para el intento que llevamos, bástanos hasta agora saber de cierto que hay tierra de esta parte del Sur, y que es tierra tan grande como toda la Europa y Asia y aun África.”

provocou um novo processo, aqui não de “invenção” como o anterior, mas de explicação e de ajuste.⁴¹

Assim, o missionário realiza um processo de explicação da América com os modelos vigentes. Para compreender como ocorre essa “acomodação” realizou-se uma metodologia de divisão dos argumentos do jesuíta em três categorias: erudição clássica; a experiência de viagem; por fim, a tradição bíblica. Essas três vertentes foram selecionadas considerando o contexto apresentado. As duas primeiras investigam como Acosta aborda as diferentes epistemologias apresentadas anteriormente, a terceira identifica como o jesuíta associa a tradição bíblica e religiosa ao conhecimento do Novo Mundo.

4.1 Conhecimento Clássico

O conhecimento clássico aparece na obra como um meio de explicar o mundo e o Novo Mundo e em diversas passagens essa forma argumentativa é referida simplesmente como razão. José de Acosta, ao longo da obra, cita vários pensadores da antiguidade, em que se destacam Aristóteles e Plínio. Contudo, o jesuíta não referênciava o saber clássico sem criticá-lo quanto aos “erros” cometidos por eles. Logo na primeira frase do livro, Acosta aponta a ignorância deles quanto ao Novo Mundo:

Estiveram tão longe os antigos de pensar que houvesse gente neste Novo Mundo, que muitos deles não quiseram acreditar que havia terra nesta parte, e o que é mais maravilhoso, não faltou quem também negasse haver aqui este céu que vemos.⁴²

Neste trecho, o jesuíta demonstra uma certa superioridade do momento presente quanto ao saber clássico – apontando que os pensadores clássicos não desejavam acreditar e negaram a possibilidade da existência dessa região. Contudo, o autor inicia desta forma especificamente para mostrar os erros de teorias e pensadores que afirmavam a impossibilidade das Antípodas. O termo Antípodas é utilizado na obra como referência geográfica para terras localizadas na zona meridional do mundo, onde é

⁴¹ O’GORMAN, Edmund. Prefácio In: ACOSTA, *op. cit.*, p. 64. Tradução livre do trecho: “Pero como se trata, precisamente, de unas implicaciones, es decir, de algo no expresamente declarado, hacía falta explicaciones o, en otros términos, surgió, a partir de aquel momento, la necesidad de mostrar de qué manera la existencia de aquella entidad se acomodaba dentro de la nueva imagen del universo, del mundo y de la historia que su presencia y su reconocimiento como continente y como nuevo mundo habían suscitado. Semejante necesidad provocó un nuevo proceso, ya no de “invención” como el anterior, sino de explicitación y de ajuste.”

⁴² ACOSTA, *op. cit.*, p. 17. Tradução livre do trecho: “Estuvieron tan lejos los antiguos de pensar que hubiese gentes en este Nuevo Mundo, que muchos de ellos no quisieron creer que había tierra de esta parte, y lo que es más de maravillar, no faltó quien también negase haber acá este cielo que vemos.”

apontada a localização da América. Ao longo do primeiro livro, apresentam-se críticas e “erros” das teorias de pensadores eclesiásticos, como Lactâncio e Santo Agostinho, e filósofos gregos, Aristóteles e Platão. Entretanto, Acosta não estabelece o saber antigo simplesmente como errôneo, mas o jesuíta demonstra os motivos que levaram a essas afirmações. As críticas, embora se confrontem com os antigos, visam apontar correções a esses pensamentos.

Ao tratar da negação dessas regiões, o missionário aborda primeiro a concepção de que o céu é reto, conseqüentemente levando a entender a terra como achatada. Nessas críticas, Acosta aborda dois pensadores clássicos já apresentados por desacreditarem as Antípodas: Lactâncio e Santo Agostinho. Lactâncio seria o principal responsável por essa afirmação da terra ser achatada. Como mencionado anteriormente, o escritor romano nega qualquer possibilidade de terra do outro lado do mundo, ridicularizando aqueles que pensavam possível. Acosta afirma que tanto a experiência quanto a filosofia natural afirmam que o mundo não é plano, sendo uma interpretação meramente aparente das Sagradas Escrituras.

Ao tratar dos “erros” de Santo Agostinho, Acosta demonstra a sua indignação com os erros de figura tão sábia: “Pois entendendo este Santo Agostinho tão conforme a boa filosofia, que razão levou pessoa tão douta se mover a opinião contrária?”⁴³ Contudo, defende-se o eclesiástico por esses erros, explicando que os motivos que o fizeram ter afirmado esses equívocos foram teológicos. Segundo a doutrina cristã todos os seres humanos devem descender de Adão, portanto não poderia haver vida nessa região por não existir nenhuma ligação com a *orbis terrarum*. O oceano é visto como uma barreira intransponível, não sendo possível a sua navegação – como foi mostrado anteriormente pelos estudos de O’Gorman. Acosta, no final do primeiro livro, explica a existência de vida no Novo Mundo pela ligação dos quatro continentes. Mais à frente, ao tratar da tradição religiosa presente no texto, analisa-se o significado dessa associação entre os continentes.

Nessas críticas ao conhecimento clássico, o jesuíta faz um questionamento principalmente da teoria das zonas climáticas. Como apresentado sobre os modelos medievais, este modelo cosmográfico afirmava a impossibilidade de vida na zona equatorial devido ao calor excessivo. Acosta ao tratar dessa questão, diferente dos

⁴³ ACOSTA, *op. cit.*, p. 33. Tradução livre do trecho: “Pues entendiendo este San Agustín tan conforme a buena filosofía, ¿qué será la razón por donde persona tan docta se movió a la contraria opinión?”.

comentários anteriores, faz uma extensa análise mostrando o clima ameno e agradável dessa região. O segundo livro inteiro é dedicado a analisar somente essa questão e em várias partes da obra o jesuíta volta a apontar que os antigos estavam errados quanto ao clima. A afirmação dessa impossibilidade é atribuída ao filósofo grego Aristóteles:

A razão que davam, de ser esta Zona Tórrida, inabitável, era o arder do sol, que sempre anda encima tão perto e queima toda a região, e por conseguinte, faz falta de águas e pastos. Desta opinião foi Aristóteles, que embora tão grande filósofo, se enganou nesta parte, para cuja inteligência será bem dizer que procedeu com seu discurso, e em que veio a errar.⁴⁴

José de Acosta explica que o filósofo se baseia na variação de temperatura pela latitude e a continuação pela longitude. O jesuíta ao tratar dessa observação concorda com a sua explicação da variação do clima, até complementa as considerações do sábio:

Até aqui não há o que perguntar ao que disse Aristóteles, e tem grande razão que a terra, por sua longitude, que é de Oriente ao Poente, corre com mais igualdade e mais acomodada a vida e habitação humana, do que por sua latitude, que é de Norte ao Meio-dia; e isto passa assim não somente pela razão que toca Aristóteles de haver a mesma temperança do céu de Oriente a Poente, pois dista sempre igualmente do frio do Norte e do calor do Meio-dia, mas por outra razão também; porque vendo em longitude, sempre há dias e noites sucessivas, a qual vendo a latitude não pode ser, pois se há de levar forçosamente a aquela região polar onde há uma parte do ano, noite continua durando por seis meses, o qual para a vida humana é de grandíssimo inconveniente.⁴⁵

No trecho anterior percebe-se que Acosta, embora tenha apontado os erros e enganos do filósofo, não discorda da sua teoria. Em seguida, aponta que é justo perdoar Aristóteles pela afirmação da zona tórrida:

Nisto se deve perdoar a Aristóteles, pois em seu tempo não se havia descoberto mais da Etiópia primeira, que chamam exterior e desce junto da Arábia e África. A outra Etiópia interior não a sabiam em seu tempo nem tiveram notícias daquela imensa terra que desce onde é agora as terras do Preste João, e muito menos toda a outra terra que desce debaixo do equinócio

⁴⁴ ACOSTA, *op. cit.*, p. 35. Tradução livre do trecho: “La razón que daban, de ser esta Zona Tórrida, inhabitable, era el ardor del sol, que siempre anda encima tan cercano y abrasa toda aquella región, y por el consiguiente, la hace falta de aguas y pastos. De esta opinión fue Aristóteles, que aunque tan gran filósofo, se engañó en esta parte, para cuya inteligencia será bien decir en qué procedió bien con su discurso, y en qué vino a errar.”

⁴⁵ *Idem*, p. 36. Tradução livre do trecho: “Hasta aquí no hay que pedir en lo que dice Aristóteles, y tiene gran razón en que la tierra, por su longitud, que es de Oriente a Poniente, corre con más igualdad y más acomodada a la vida y habitación humana, que por su latitud, que es del Norte al Mediodía; y esto pasa así no sólo por la razón que toca Aristóteles de haber la misma templanza del cielo de Oriente a Poniente, pues dista siempre igualmente del frío del Norte y del calor del Mediodía, sino por otra razón también; porque yendo en longitud, siempre hay días y noches sucesivamente, lo cual yendo en latitud no puede ser, pues se ha de llevar forzoso a aquella región polar donde hay una parte del año, noche continuada que dure seis meses, lo cual para la vida humana es de grandísimo inconveniente.”

e cai correndo até passar pelo trópico de Capricórnio e para no Cabo da Boa Esperança, tão conhecido e famoso pela navegação dos portugueses.⁴⁶

Portanto, o conhecimento antigo é justificado pelo desconhecimento de toda a dimensão e condições climáticas da região abaixo do Equador. Nas passagens seguintes no texto, Acosta aponta os culpados dessas considerações: “Mas como está dito, é justo perdoar o filosofo, por haver acreditado nos historiadores e cosmógrafos de seu tempo”.⁴⁷ Semelhante aos outros pensadores antigos, justificam-se os “erros” do filósofo por meio dessa atribuição de culpa. Contudo, diferente dos outros clássicos, Acosta defende a teoria apresentada pelo grego e apresenta informações que demonstrem a validade dela.

O filósofo grego não é referenciado somente quanto às teorias das zonas climáticas. Diferente dos outros clássicos, ao longo de toda a obra Aristóteles é mencionado. O motivo do missionário utilizar-se tanto do pensamento aristotélico, deve-se à sua filiação ao modelo de cosmo aristotélico-bíblico que Randles define. Ao detalhar o mundo e sua origem, Acosta faz a separação da água e terra segundo este modelo, contudo o missionário não defende a existência de terra em somente um polo, por causa do encontro com a América. Por isso, ele aponta que poderia, como os antigos, pensar há terra em somente um polo:

Porque sendo assim que os elementos terra e água compõem um globo ou bola redonda, como os mais e melhores dos antigos (segundo referência de Plutarco) o sentiram, e com a demonstração certíssima se prova, poderíamos pensar que o mar ocupa toda a parte que cai ao polo Antártico ou Sul, de tal modo que não deixe ligar algum da terra naquela banda (...) Sabemos pela Sagrada Escritura, no princípio do mundo foram as águas congregadas e se juntaram em um lugar, e que a terra com isto se descobriu.⁴⁸

Não se menciona explicitamente Aristóteles, mas refere-se aos antigos como uma unidade quanto ao modelo. Ao abordar as condições climáticas da América e os elementos que a compõe, Acosta menciona Aristóteles e sua teoria das esferas de

⁴⁶ ACOSTA, *op. cit.*, p. 36. Tradução livre do trecho: “En esto se le debe perdonar a Aristóteles, pues en su tiempo no se había descubierto más de la Etiopía primera, que llaman exterior y cae junto a la Arabia y África. La otra Etiopía interior no la supieron en su tiempo ni tuvieron noticia de aquella inmensa tierra que cae donde son ahora las tierras del Prestes Joan, y mucho menos toda la demás tierra que cae debajo de la equinocial y va corriendo hasta pasar el trópico de Capricornio y para en el Cabo de Bueno Esperanza, tan conocido y famoso por la navegación de los portugueses.”

⁴⁷ *Idem*, p. 37. Tradução livre do trecho: “Pero como está dicho, justo es perdonar al filósofo, por haber creído a los historiadores y cosmógrafos de su tiempo”

⁴⁸ *Idem*, p. 28. Tradução livre do trecho: “Porque siendo así que los dos elementos de tierra y agua componen un globo o bola redonda, como los más y los mejores de los antiguos (según refiere Plutarco) lo sintieron, y con demostraciones certísimas se prueba, podría pensarse que la mar ocupa toda la parte que cae al polo Antártico o Sur, de tal modo que no deje lugar alguno a la tierra por aquella banda (...) Sabemos por la Sagrada Escritura, en el principio del mundo fueron las aguas congregadas y se juntaron en un lugar, y que la tierra con esto se descubrió.”

elementos ao explicar a queda de temperatura nas grandes altitudes da região do Peru pela distância com a esfera de fogo:

Em ser a região média do ar mais frio que a inferior, percebe-se pela experiência, porque quanto mais as montanhas chegam esta região, tanto mais cheias de neves e gelo, além de frio perpétuo. Percebe-se também a razão, porque se há esfera de fogo, como Aristóteles e os demais filósofos põem, por antiperistasis há de ser mais frio a região média do ar, fugindo dela o frio, como nos vemos nos poços profundos no tempo de verão. Por isso os filósofos afirmam que as regiões extremas do ar, superior e inferior, são mais quentes, e a média, mais fria.⁴⁹

Contudo, o missionário novamente questiona o filósofo quanto a essa afirmação, perguntando-se a origem desse frio na região média, detalhando que a região inferior seria a mais fria:

Após isso, se me perguntarem se algum ar é quente e úmido, como aponta Aristóteles e comumente dizem, onde procede aquele frio que se recorre a média região do ar? Pois da esfera de fogo não pode proceder, e se procede de água e terra conforme a razão, mais fria havia de ser região inferior, não a do meio: Certo que se tenho de responder a verdade confessarei que esta objeção e argumento me traz tanta dificuldade que quase estou a seguir a opinião dos que reprovam as qualidades simbólicas e diferentes que põem Aristóteles nos elementos e que dizem imaginadas.⁵⁰

Percebe-se por esse trecho que Acosta posiciona-se cético quanto às qualidades atribuídas aos elementos, como a temperatura de cada um. Deste modo, questionam-se aspectos do modelo por meio da experiência. Entretanto, em trecho seguinte Acosta afirma não ser correto duvidar do filósofo:

Mas se agora é assim, agora de outra maneira (porque não me determino a contradizer Aristóteles se não é coisa muito certa), ao fim todos convêm que a região média do ar é muito fria do que a inferior perto da terra, como também a experiência mostra.⁵¹

⁴⁹ ACOSTA, *op. cit.*, p. 91. Tradução livre do trecho: “El ser la región media del aire más fría que la inferior, persuádelo la experiencia, porque cuanto los montes se acercan más a ella, tanto más participan de nieve y hielo, y frío perpetuo. Persuádelo también la razón, porque si hay esfera de fuego, como Aristóteles y los más filósofos ponen, por antiparistasis ha de ser más fría la región media del aire huyendo a ella el frío, como en los pozos hondos vemos en tiempo de verano. Por eso los filósofos afirman que las dos regiones extremas del aire, suprema e ínfima, son más cálidas, y la media, más fría.”

⁵⁰ *Idem*, p. 92. Tradução livre do trecho: “Tras esto, si me preguntare alguno si el aire es cálido y húmedo, como siente Aristóteles y comúnmente dicen, ¿de dónde procede aquel frío que se recoge a la media región del aire? Pues de la esfera del fuego no puede proceder, y si procede del agua y tierra conforme razón, más fría había de ser la región ínfima, que no la de en medio: Cierito que si he de responder verdad confesaré que esta objeción y argumento me hace tanta dificultad que cuasi estoy por seguir la opinión de los que reprueban las cualidades símbolos y disímbolas que pone Aristóteles en los elementos y dicen que son imaginación.”

⁵¹ *Idem*, p. 92. Tradução livre do trecho: “Pero agora sea así, agora de otra manera (porque no me determino a contradecir a Aristóteles si no es en cosa muy cierta), al fin todos convienen en que la región media del aire es mucho más fría que la inferior cercana a la tierra, como también la experiencia lo muestra.”

Portanto, as críticas ao conhecimento clássico, neste caso a Aristóteles, devem ser cuidadosas, não se deve questionar aquilo que não se tem por certo. O filósofo clássico ainda é visto como uma autoridade. Os questionamentos e críticas feitos não visam deslegitimar o modelo e as teorias apresentadas, mas corrigi-las para atender à compreensão do Novo Mundo. América ainda é compreendida como pertencente aos modelos medievais apresentados.

Outros pensadores clássicos são mencionados, como Plínio. Estes são mencionados como uma forma de descrever o Novo Mundo e mostrar a grandeza dessa região comparando-a com aspectos de outras partes do globo. Semelhante a outros cronistas que utilizavam analogias para apresentar essa região, segundo Olarte. Contudo, nenhum deles aparece tanto quanto o filósofo grego, que é retomado ao explicar algum fenômeno natural do mundo.

Portanto, a vertente da erudição clássica na obra mostra-se principalmente como as teorias aristotélicas. Criticam-se as teorias e afirmações de autores clássicos, mas esses questionamentos são feitos para atualizar o conhecimento. Não visa negar o saber clássico ou mostrá-lo como errôneo, mas encaixá-lo em novas descobertas da experiência. Para compreender como essa renovação ocorre deve-se analisar a experiência no discurso e como ela se associa à erudição.

4.2 Experiência ocular

Como apresentado anteriormente, a viagem foi vista nesse período como uma fonte de conhecimento. Assim, a experiência do próprio narrador é tomada como fonte válida. Walter Mignolo, ao analisar a escrita dos cronistas desse período para a construção de um relato histórico, realiza uma tipologia das formas que a experiência aparece no discurso. O autor divide em três os modos de uso desse conhecimento: experiência direta; indireta não mediada; e direta mediada. A primeira consiste na vivência do próprio autor que narra os acontecimentos, ou seja, o narrador é tomado por si mesmo como fonte válida por ter observado. A segunda corresponde aos cronistas que viveram durante o desenvolver dos eventos, mas não tiveram contato direto com eles. A terceira aborda os escritores que tiveram contato com os eventos somente por meio de documentos, não vivenciando o desenvolver dos acontecimentos seja por

experiência própria ou por meio de notificações como cartas e relatos.⁵² Figuras como Oviedo ao produzir seu relato correspondem ao primeiro tipo; os textos de Gómara encaixam-se no segundo e terceiro tipo de uso da experiência. Acosta tanto vivenciou as experiências de viagem quanto usa textos de outros, como o de Juan de Tovar, para complementar o seu relato.

Essa vertente de conhecimento aparece na maior parte da obra de forma implícita ao descrever as diversas características do Novo Mundo – relevo, clima, rotas marítimas, fauna e flora – de modo impessoal, em especial os livros três e quatro, os quais focam os componentes do Novo Mundo. O autor menciona explicitamente a experiência para validar o seu discurso quando faz críticas ao conhecimento clássico ou assegura o seu conhecimento de algum aspecto do Novo Mundo. Como nas partes do texto em que o jesuíta apresenta as condições amenas da zona tórrida e sua humidade e assegura a sua experiência na certificação dessas qualidades. Esse conhecimento é nomeado nessas passagens simplesmente de experiência, contudo Acosta define a obtenção desse saber por meio da visão. O trecho seguinte trata do desconhecimento dos antigos da zona tórrida e faz essa delimitação da visão:

Esta foi a razão que tiveram os antigos para ter por não habitável a região do meio, que por isso chamaram de zona Tórrida. E certo que se a mesma experiência, pela vista de olhos, não nos tivesse desenganado, hoje em dia diríamos todos que era razão conclusiva e matemática, porque vemos quanto é fraco nosso entendimento para alcançar mesmo as coisas naturais.⁵³

Esse trecho define a experiência como o sentido da visão e a relevância atribuída a essa observação do mundo, pois sem ela ainda acreditariam na impossibilidade de vida no hemisfério meridional. A associação da experiência com a visão não pode ser considerada um mero detalhe, ou algo óbvio. Walter Mignolo, analisando a escrita da história dos cronistas desse período, aponta os sentidos como meios para a construção de um “novo saber”:

Uma das razões que contribuíram para destacá-la é que os historiadores não tiveram fontes clássicas para se apoiar nos respectivos temas; embora as tenham tido, como estamos vendo, sobre a forma de escrever a história. Outras as razões, ligadas a primeira, é que a experiência começa a ser a base do conhecimento historiográfico e de seu valor de verdade. (...) De uma

⁵² MIGNOLO, Walter D. “El Metatexto Historiográfico y la Historiografía Indiana”. *MLN*. Vol. 96, n.º 2, Hispanic Issue, 1981, pp. 387-390.

⁵³ ACOSTA, *op. cit.*, p. 40. Tradução livre do trecho: “Ésta fue la razón que venció a los antiguos para tener por no habitable la región de un medio, que por eso llamaron Tórridazona. Y cierto que si la misma experiencia, por vista de ojos, no nos hubiera desengañado, hoy día dijéramos todos que era razón concluyente y matemática, porque veamos cuán flaco es nuestro entendimiento para alcanzar aun cosas naturales.”

concepção que o saber encontra-se estabelecido e conservado, a tarefa do sábio é de transmiti-lo às futuras e jovens gerações, e em que o meio de transmissão são as palavras e a recepção do ouvido, se passa a uma concepção em que os olhos e mãos são “descobridores” de um novo saber e não a repetição do que se encontra já armazenado.⁵⁴

A construção desse “novo saber” baseado nos “olhos e mãos” é visto na passagem anterior do jesuíta, que coloca a experiência ocular como um fator que propiciou uma ruptura como a visão anterior de mundo. Deste modo, a referência à visão quanto à experiência representa uma mudança na construção do conhecimento, este não sendo mais somente uma reprodução da erudição clássica. Esse uso da visão também pode ser interpretado pelo conceito de *consciência ótica* de Bruno Latour. Como apresentado anteriormente, esse conceito aponta que o registro da visão é um aspecto que possibilita a formação do saber moderno. O trecho do missionário jesuíta referenciando a sua visão e a registrando o que foi visto demonstra esse desenvolvimento da consciência ocular proposta por Latour.⁵⁵ Contudo, deve-se lembrar que essa visão é delimitada por outros fatores como o político. Os viajantes enxergam aquilo que lhes é permitido e ensinado perceber.

O conhecimento empírico é ressaltado ao longo da obra como o fator que possibilitou aos contemporâneos de Acosta deter o conhecimento do mundo e controle sobre os meios de navegação. No início do terceiro livro, Acosta afirma que o conhecimento do Novo Mundo possibilita a constituição de uma obra no nível de autores clássicos, mas esta não é sua intenção:

Se destas coisas naturais de Índias se tivesse que escrever copiosamente e com a especulação que coisas tão notáveis requerem, não duvido que se poderia fazer obra que chegasse às de Plínio, e Teofrasto e Aristóteles. Mas não há em mim esse caudal, e ainda que o tivesse, fosse conforme o meu intento, que não pretendo mais que apontar algumas coisas naturais que estando em Índias vi e considerei, ou as ouvi de pessoas muito fidedignas, e me parece que não estão na Europa tão comumente sabidas.⁵⁶

⁵⁴ ACOSTA, *op. cit.*, p. 388. Tradução livre do trecho: “Una de las razones que contribuyen a destacarla es que los historiadores no tuvieron fuentes clásicas donde apoyarse en lo que respecta al tema; aunque sí la tuvieron, como lo estamos viendo, sobre la forma de escribir la historia. Otras de las razones, ligada a la primera, es que la experiencia comience a ser la base del conocimiento historiográfico y de su valor de verdad. (...) De una concepción del saber en la que éste se encuentra establecido y conservado y la tarea del sabio es la de transmitirlo a las futuras y jóvenes generaciones, y en el que el medio de transmisión es la palabra y el de recepción el oído, se pasa a una concepción en la que ojos y manos son “descubridores” de un nuevo saber y no la repetición del que se encuentra ya almacenado.”

⁵⁵ LATOUR, *op. cit.*, pp. 8-15.

⁵⁶ ACOSTA, *op. cit.*, p. 99-100. Tradução livre do trecho: “Si de estas cosas naturales de Indias se hubiese de escribir copiosamente y con la especulación que cosas tan notables requieren, no dudo yo que se podría hacer obra que llegase a las de Plinio, y Teofrasto y Aristóteles. Mas ni yo hallo en mí ese caudal, ni aunque le tuviera, fuera conforme a mi intento, que no pretendo más ir apuntando algunas cosas

Esta afirmação do jesuíta pode ser identificada em outros escritores, como Oviedo que, percebendo ser um dos primeiros a relatar sobre a América, inicia sua obra e coloca-se como o Plínio do Novo Mundo. Esse posicionamento do conquistador e afirmação do jesuíta demonstra que a América é entendida como uma região diferente das outras, com suas próprias definições. Contudo, o trecho anterior mostra que a obra escrita com a descrição da América estaria à altura do saber clássico, e não superior. Novamente, percebe-se que José de Acosta não coloca a erudição clássica como algo que deva ser renegado, como se verificou na afirmação do jesuíta de que não se deve questionar este saber sem as devidas considerações.

Nas passagens apresentadas do conhecimento do filósofo grego, Acosta reforça que a experiência certifica a visão do pensador, ou faz apontamentos de alguns pontos considerados “errados”, mas sem negar o modelo proposto. Portanto, o papel da experiência na obra é tanto da descrição do Novo Mundo, mas também de atualização do saber clássico. José Antonio Maravall, ao tratar do desenvolvimento da ideia de progresso, afirma que o século XVI utiliza-se da expressão “anões nos ombros de gigantes” para se referir à relação entre antigos e modernos. Essa expressão, que se consolida do século XII e é retomada pelo Renascimento, valoriza o conhecimento do presente sobre o passado, mas somente por causa da sabedoria estabelecida pelos antigos. Anão – representando o presente – pode ver mais que gigante – passado – por estar em seus ombros, mas este ainda é superior àquele.⁵⁷ Acosta não se utiliza dessa expressão no texto, mas ela pode ser utilizada para interpretar a postura do missionário com relação aos clássicos.

Deste modo, José de Acosta atualiza o conhecimento clássico, adaptando essas teorias para o Novo Mundo por meio dessas correções e atualizações. O’Gorman apontou que o jesuíta explica a América e não a inventa; essa utilização da experiência como correção do saber clássico atua explicando a América. Isso ocorre porque a América, sendo uma outra parte do mundo, apresenta peculiaridades e diferenças próprias que devem explicadas por meio da experiência. Insere-se essa região com suas diferenças dentro dos modelos cosmográficos estabelecidos. Ainda resta analisar como

naturales que estando en Indias vi y consideré, o las oí de personas muy fidedignas, y me parece no están en Europa tan comúnmente sabidas.”

⁵⁷ MARAVALL, J. A. “Hacia una Visión Secularizada e Inmanente del Avance Historico”. In: *Antiguo y Moderno*. Madrid: Alianza, 1986, pp. 588-592.

Acosta determina esse espaço dentro de uma percepção cristã de mundo, consolidando uma *metageografia* dentro das necessidades e objetivos de uma história cristã.

4.3 Tradição bíblica

A argumentação religiosa aparece no texto de forma semelhante ao conhecimento clássico. São inseridas passagens bíblicas e textos de santos para explicar fenômenos naturais da América. O jesuíta Acosta produz um conhecimento que atenda a uma perspectiva religiosa. Consequentemente, esta vertente diferente das outras duas em nenhum momento da obra é questionada ou desconsiderada. Como tratado nos capítulos anteriores, a produção de saber passa por uma compreensão divina, pois se entende que o mundo é obra do Criador. A natureza, logo, é uma maneira de entender a obra divina. Olarte sintetiza esse pensamento do momento:

No Renascimento, em parte como resultado do misticismo da tradição hermenêutica, tomou força uma ideia presente em muitos escritores medievais acerca do mundo natural: não somente a palavra de Deus expressa nas Sagradas Escrituras, mas também a natureza, quer dizer, a obra do criador, devia ser entendida como prova do poder e sabedoria divina. A ordem natural é uma ordem divina, e a mais poderosa amostra da sabedoria do criador está na perfeição da sua obra. Para os escritores cristãos do século XVI e para os cronistas da Coroa Espanhola, a tarefa de descrever a natureza teria um propósito dual: mostrar de maneira ordenada e inteligente o conjunto das possessões do império e celebrar a grandeza do criador.⁵⁸

Cronistas como Oviedo apontam que imagem do mundo como a visão mais bela que qualquer obra de arte, por se tratar da obra do Criador. Acosta segue este entendimento no início do terceiro livro em que o conhecimento do mundo corresponde a uma teologia:

Quem rogar de entender verdadeiros feitos desta natureza, que tão variada e abundante é, terá o gosto que dá a história, e tão melhor história quanto os feitos não são por vestígios dos homens, mas do Criador. Quem passar adiante e chegar a entender as causas naturais dos efeitos, terá o exercício de boa filosofia. Quem souber mais em seu pensamento, e procurando ao Sumo

⁵⁸ OLARTE, *op. cit.*, p. 227. Tradução livre do trecho: “En el Renacimiento, en parte como resultado del misticismo de la tradición hermética, tomó fuerza una idea presente en muchos escritores medievales acerca del mundo natural: no solo la palabra de Dios expresada en las Sagradas Escrituras, sino también la naturaleza, es decir, la obra del creador, debía ser entendida como muestra del poder y la sabiduría divina. El orden natural es un orden divino, y la más poderosa muestra de la sabiduría del creador está en la perfección de su obra. Para los escritores cristianos del siglo XVI y para los cronistas de la Corona española, la tarea de describir la naturaleza tenía un doble propósito: mostrar de manera ordenada e inteligible el conjunto de las posesiones del imperio y celebrar la grandeza del creador.”

e Primeiro Arquitecto de todas estas maravilhas, gozará de seu saber e grandeza, diremos que se trata de excelente teologia.⁵⁹

No trecho Acosta, além de mostrar a natureza como obra do Criador, aponta que a sua compreensão significa compreender as intenções do próprio Criador. Deste modo, a compreensão do mundo está ligada à religião. A vertente religiosa na obra, portanto, serve de base para o entendimento de todo o mundo. Como apresentado anteriormente, os argumentos religiosos também se mostram como uma legitimidade da Espanha na América. Os feitos e descobertas nas Índias Ocidentais são apontados como desígnios divinos, as descobertas das minas de ouro no Peru são interpretadas como uma vontade divina, como um presente para a construção do império universal de Castela possibilitando a expansão da cristandade. Não somente a geografia é vista na obra como vontade do Criador, mas os acontecimentos são associados à interpretação histórica cristã.

A vertente religiosa ainda é vista também no modo como se apresentam os conteúdos. Acosta ao tratar da flora, fauna e minerais do Novo Mundo, no quarto livro, apresenta os usos que o ser humano faz deles. Estes seres são compreendidos como misturas dos quatro elementos básicos. Sendo a terra uma criação de Deus que foi dada a este, os animais e tudo que ela contém servem para atender as necessidades do ser humano que é compreendido como o ser mais perfeito. Na apresentação dos minerais, plantas e animais descreve essa hierarquia, colocando o homem no todo dela:

De modo que a terra estéril e rude é como matéria e alimento dos metais; a terra fértil e de mais qualidade é matéria e alimento para plantas; as mesmas plantas são alimento para animais, e as plantas e animais alimento para os homens, servindo sempre a natureza inferior para sustento da superioridade e o menos perfeito subordina-se ao mais perfeito. (...) o Criador e universal Fazedor de tudo está sujeito e ordenado o homem, como o próprio fim e descanso seu, e tudo o mais não mais do que enquanto o conduz e ajuda a conseguir esse fim.⁶⁰

⁵⁹ ACOSTA, *op. cit.*, p. 99. Tradução livre do trecho: “Quien holgare de entender verdaderos hechos de esta naturaleza, que tan varia y abundante es, terná el gusto que da la historia, y tanto mejor historia cuanto los hechos no son por trazas de hombres, sino del Criador. Quien pasare adelante y llegare a entender las causas naturales de los efectos, terná el ejercicio de buena filosofía. Quien subiere más en su pensamiento, y mirando al Sumo y Primer Artífice de todas estas maravillas, gozare de su saber y grandeza, diremos que trata excelente teología.”

⁶⁰ *Idem*, p. 158. Tradução livre do trecho: “De suerte que la tierra estéril y ruda es como materia y alimento de los metales; la tierra fértil y de más sazón es materia y alimento de plantas; las mismas plantas son alimento de animais, y de las plantas y animais alimento de los hombres, sirviendo siempre la naturaleza inferior para sustento de la superior y la menos perfecta subordinándose a la más perfecta. (...) al Creador y universal Hacedor de todo está sujeto y ordenado el hombre, como a proprio fin y descanso suyo, y todo lo demás no más de en cuanto le conduce y ayuda a conseguir este fin.”

Ao tratar dessa hierarquia, Acosta apresenta com grande ênfase o encontro e manuseio de ouro e prata no Novo Mundo. O detalhamento dessas informações não pode ser visto como influência de interesses mercantis somente. O ouro e a prata são interpretados como os metais mais refinados, sendo os menos corruptíveis e mais resistentes ao fogo. O uso deles pelo homem tem uma motivação religiosa, porque por meio da troca se atende ao desígnio divino de conversão das nações indígenas.

Contudo, o encontro com o Novo Mundo ainda é um momento de ruptura com as visões estabelecidas anteriormente. A Sagrada Escritura não fornece meios de compreender essa região, e em alguns pontos a tradição religiosa pode se confrontar com a experiência. Acosta ao tratar do erro de ver o céu como achatado por meio da interpretação do texto bíblico, aponta que se deve interpretar o espírito, não a letra: “Basta pois, saber que nas Divinas Escrituras, não temos de seguir a letra que mata, mas o espírito que dá vida, como disse São Paulo”.⁶¹ Este trecho reforça a percepção do mundo como uma vontade divina. A experiência e a tradição religiosa não se chocam na obra, a Bíblia será interpretada em conjunto com a experiência, pois sendo Deus o criador do mundo não haverá contradição alguma entre as duas vertentes de conhecimento.

Entretanto, a fé e razão não estão em situação de igualdade. Acosta aponta que a razão – aqui entendida como tanto o saber clássico como a experiência – está a serviço da fé:

E se estas coisas que a cada dia olhamos, não podemos encontrar a razão e sem dúvida nos forem difíceis de acreditar se não olharmos tão palpavelmente, quem não vê a necessidade e loucura que é querer ser juízes, e sujeitar a nossa razão às coisas divinas e soberanas? Melhor é, como disse Gregório Teólogo, que a fé se sujeite à razão, pois mesmo em sua casa não sabe bem entender.⁶²

Embora a razão analise a obra divina, ela não é capaz de compreender toda a dimensão da vontade do Criador. Portanto, não se deve utilizar a razão para tratar de áreas designadas ao campo divino. Assim, submete-se a razão à fé. No final do trecho, o jesuíta ainda afirma que embora o ser humano viva na terra não se pode pretender

⁶¹ ACOSTA, *op. cit.*, p. 26. Tradução livre do trecho: “Basta pues, saber que en las Divinas Escrituras, no hemos de seguir la letra que mata, sino el espíritu que da vida, como dice San Pablo.”

⁶² *Idem*, p. 57. Tradução livre do trecho: “Y si de estas cosas, que cada día traemos al ojo, no podemos hallar la razón y sin duda se nos hicieran duras de creer si no las viéramos tan palpablemente, ¿quién no verá la necedad y disparate que es querernos hacer jueces, y sujetar a nuestra razón las cosas divinas y soberanas? Mejor es, como dice Gregorio Teólogo, que a la fe se sujete la razón, pues aun en su casa no sabe bien entenderse.”

compreendê-la de forma eficaz. Algumas cousas do funcionamento do mundo permanecerão misteriosas, sendo respondidas como causas divinas. Acosta demonstra essas considerações ao tratar da origem dos ventos, a qual permanece sem resposta para o missionário:

O espírito ou vento sopra onde aparece, e bem sente seu sopro, mas não sabe de onde procedeu nem aonde há de levar. Para que entendamos que entendendo tão pouco de algo que nos é tão presente e cotidiano, não havemos de presumir compreender o que tão alto e oculto é, como as causas e motivos do Espírito Santo. Basta-nos conhecer suas operações e efeitos, que em sua grandeza e pureza nos revelam o bastante.⁶³

Portanto, a tradição religiosa é definida como base de todo o conhecimento, a experiência e erudição clássica servem para compreender a obra divina. Contudo, não se deve pretender estabelecer a razão produzida por essas duas vertentes como superiores às causas do Criador.

Sendo a tradição religiosa a base de compreensão do mundo, Acosta propõe que a América é ligada às outras partes do mundo – África, Ásia e Europa – para explicar a vida nesse continente:

Eu tenho feito diligencia em averiguar isto, parecendo-me que era negócio de grande momento, para me determina na opinião que é dito, de que a terra de Índias e a Europa e Ásia e África tem continuação entre si, ou ao menos se chegam muito em alguma parte.⁶⁴

Segundo as Escrituras Sagradas, toda a vida deve descender de Noé e os animais de sua arca. Acosta ao propor a ligação do continente apresenta uma explicação da existência de vida nesse local. O jesuíta também apresenta outras teorias como a de chegada dos indígenas por meio de embarcações do rei Salomão em uma passagem das Sagradas Escrituras, contudo apresenta essas suposições como insustentáveis. A sustentação dos indígenas como descendentes de Noé coloca essa população como parte da cristandade, conseqüentemente ela deve ser cristianizada. Esse posicionamento confronta-se com o de Gómara, apresentado por Padrón, que sustentava a separação, questionando se os ameríndios tinham humanidade. Assim, a escravização dessa

⁶³ ACOSTA, *op. cit.*, p. 103. Tradução livre do trecho: “El espíritu o viento sopla donde le parece, y bien que sientes su sopro, mas no sabes de dónde procedió ni adónde há de llevar. Para que entendamos que entendiendo tampoco en cosa que tan presente y tan cotidiana nos es, no hemos de presumir de comprender lo que tan alto y tan oculto es, como las causas y motivos del Espíritu Santo. Bástanos conocer sus operaciones y efectos, que en su grandeza y pureza se nos descubren bastantemente.”

⁶⁴ *Idem*, p. 64. Tradução livre do trecho: “Yo he hecho diligencia en averiguar esto, pareciéndome que era negocio de gran momento, para determinarme en la opinión que he dicho, de que la tierra de Indias y la de Europa y Asia y África tienen continuación entre sí, o a lo menos se llegan mucho en alguna parte.”

população seria justificada.⁶⁵ Percebe-se que o espaço nessa questão determina tanto uma discussão política quanto religiosa. A separação dessa quarta parte do mundo, como visto anteriormente, também é interpretada como uma maneira de assimilar a região ao império espanhol.

A ligação dos continentes por Acosta apresenta-se na obra mais como uma *metageografia* visando finalidades cristãs e humanísticas – a proteção e incorporação das sociedades indígenas na cristandade – do que aspectos políticos, embora esses ainda repercutam na discussão da colonização do Novo Mundo. Ao ligar a quarta parte, esta é incorporada à *orbis terrarum*, e a América passa a ser parte do espaço cristão. A América é incorporada, ou acomodada, dentro de uma visão cristã de mundo. Ela não é vista como um outro mundo, mas simplesmente uma outra parte do mundo. O conhecimento clássico e a experiência ocular apresentados por Acosta são meios de provar essa ligação e incorporar as Índias Ocidentais ao pensamento cristão, o que leva uma renovação da tradição religiosa frente ao encontro de outras terras.

⁶⁵ PADRÓN, *op. cit.*, pp. 154-173.

5 CONCLUSÃO

Com o que foi apresentado, percebe-se que a produção de um conhecimento espacial não consolida um saber neutro, muito menos objetivo. Ele é construído visando atender ideologias e necessidades sejam elas políticas, religiosas ou culturais. Como percebido com a produção de conhecimento espanhola desse período e a obra *Historia Natural y Moral de las Indias* do jesuíta José de Acosta, o conhecimento geográfico não deve ser visto como separado de seu contexto de origem. Embora tenha se focado no texto de narrativas geográficas, a produção de mapas da ciência cartográfica também deve ser analisada de forma semelhante, como mostrado por Brian Harley.

José de Acosta produz uma *metageografia* para incorporar a América no entendimento de mundo cristão, seguindo o modelo de cosmo aristotélico. A erudição clássica, embora tenha errado ao definir a impossibilidade de vida nessa parte do mundo, não pode ser descartada, pois os antigos ainda consistem em uma autoridade a ser seguida. A experiência pautada na visão atua para corrigir os enganos e erros cometidos por esses sábios, além de compreender as peculiaridades e diferenças que essa região americana contém. Considerando-se a América uma quarta parte do mundo, a grandeza dessa região legitima o uso da experiência para compreendê-la sem confrontar com o saber clássico. Assim, o modelo cosmográfico medieval aristotélico é renovado por meio dessas correções. A relação experiência e erudição da obra pode ser sintetizada pela expressão “anões nos ombros de gigantes”.

Por fim, essas duas vertentes de conhecimento são vistas como um meio de compreender a formação do mundo segundo uma visão religiosa. O uso da razão deve ser direcionado para compreensão da obra divina, admirando a sabedoria do Criador. Como mostrado, a razão serve à fé. Todavia, o ser humano não deve desejar compreender as causas divinas que funcionam sobre o mundo, sendo elas reservadas somente ao divino. Ao ser humano cabe entender somente o funcionamento desse mundo. Seguindo essa visão religiosa de mundo, Acosta apresenta a América ligada ou pelo menos próxima dos outros continentes. Essa ligação não somente incorpora os ameríndios ao gênero humano, assim defendendo a sua humanidade e o direito de não serem escravizados, mas acomoda o Novo Mundo na visão cristã.

Outros fatores do contexto científico como a legitimação do império espanhol e intenção de produzir um conhecimento que seja útil para Coroa Espanhola não são

vistos de maneira explícita na obra. Mas, a visão de coesão e unidade fornecida por Acosta na descrição da América, semelhante a outros cronistas do período, constrói uma América segundo padrões da conquista e colonização dessa região.

O uso do modelo de cosmo aristotélico e a legitimação da religião levam a entender Acosta como uma figura conservadora da produção de conhecimento nesse período. O missionário não se utiliza de modelos mais recentes e revolucionários como o copernicano. Entretanto, o conhecimento produzido demonstra como o saber antigo é capaz de se renovar e continuar vigente embora esteja sendo questionado, além de retratar como uma figura eclesiástica com intenções religiosas participou do desenvolvimento da ideia de ciência. Claude-Gilbert Dubois ainda aponta que os modelos defendidos por Copérnico não foram muito divulgados nesse período, somente posteriormente com a divulgação de seus discípulos ele se tornará reconhecido.⁶⁶

Por fim, a construção de significado do continente americano ainda prosseguiu nos séculos seguintes. Outros viajantes com interesses e motivações diferentes do período Renascentista construíram uma outra visão da América. Mary Louise Pratt mostra como no século XVIII naturalistas consolidam um saber diferente do que o apresentado nessa monografia,⁶⁷ demonstrando novamente como a ciência é determinada e vinculada pelas condições de seu contexto histórico.

⁶⁶ DUBOIS, Claude-Gilbert. “Cosmos”. In.: *O Imaginário da Renascença*. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, pp. 99-102.

⁶⁷ PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. São Paulo: EDUSC, 1999.

6 FONTE:

ACOSTA, Joseph de. *Historia Natural y Moral de las Indias: en que se tratan de las cosas notables del cielo / elementos / metales / plantas y animales dellas y los ritos / y ceremomias / leyes y gobierno de los indios*. México: Fondo de Cultura Economica, 2006.

7 BIBLIOGRAFIA:

ALTUNA, Elena. “Viajes coloniales. Perú, siglo XVII”. *Andes*. n. 11, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12701103>>, acessado em 14 de fevereiro de 2016.

BASSALA, G. "The spread of Western Science". *Science*. Vol. 156, n. 3775, 1967, pp. 611-622.

CERTEAU, Michel de. “Relato de Espaços”. In: *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, pp. 199-217.

DORÉ, Andrea. “America Peruana e Oceanus Peruvianus: uma outra cartografia para o Novo Mundo”. *Revista Tempo*. Vol. 20, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2014/10/rolling-pass_tem_3611_pt.pdf>, acessado em 04 de julho de 2016.

DONNELLY, John. “José de Acosta”. In.: *The Oxford Companion to World Exploration*. Eds. David Buisseret. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007, pp. 1-3.

DUBOIS, Claude-Gilbert. “Cosmos”. In.: *O Imaginário da Renascença*. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, pp. 81-117.

ELLIOTT, J. H. “A Conquista Espanhola e a Colonização da América; A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII”. MACLEOD, Murdo J. “A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720”. WACHTEL, Nathan. “Os Índios e a Conquista Espanhola”. In.: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Vol. 1*. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 135-241; 283-391.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. “A cura do corpo e a conversão da alma – conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII”. *TOPOI*. Vol. 5, n. 8, 2004, pp. 71-95.

GOMES, Plínio Freire. “Volta ao mundo por ouvir-dizer: Redes de informação e a cultura geográfica do Renascimento”. *Anais do Museu Paulista*. Vol.17, n. 1, 2009, pp. 113-135.

HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía*. Tradução: Letícia García Cortês, Juan Carlos Rodríguez. México: FCE, 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. “Encontro de duas culturas: Américas e Europa”. *Estudos Avançados*. Vol.6, n. 14, 1992, pp. 22-37.

JOUSSELANDIÈRE, Victor Santos Vigneron de la. “A dupla marginalidade de José de Acosta: religião e soberania no Vice-Reino do Peru (séc. XVI)”. *Revista de História*. n. 164, 2011, pp. 101-125.

LATOUR, Bruno. “Cognição e visualização: Pensando com olhos e mãos”. Tradução: David Palacios. In: *Terra Brasilis* (Nova Série). n. 4, 2015. Acessado em: <<http://terrabrasilis.revues.org/1308>>, de 14 fevereiro 2016.

LOIS, Carla. “América *quarta pars*: isla o continente? El debate conceptual sobre el estatus geográfico del Nuevo Mundo en el siglo XVI”. *Fronteras de la Historia*. Vol. 13, n. 2, 2008, pp. 259-279.

MARAVALL, J. A. “Hacia una Visión Secularizada e Inmanente del Avance Histórico”. In: *Antiguo y Moderno*. Madrid: Alianza, 1986, pp. 579-611.

MILTON, Heloísa Costa. “Travessias: Jornadas para um Novo Mundo”. *Itinerários*. n. 8, 1995, pp. 7-19.

MILTON, Heloísa Costa. “Narrativas e Imaginário na América Espanhola”. *Itinerários*. n. 15/16, 2000, pp. 151-161.

O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. Tradução: Ana Maria Martinez Corrêa; Manoel Lelo Belloto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

- OLARTE, Mauricio Nieto. *Las máquinas del império y el reino de Dios: Reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlántico del siglo XVI*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2013.
- PADRÓN, Ricardo. *The Spacious Word: Cartography, Literature, and Empire in Early Modern Spain*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre. São Paulo: EDUSC, 1999.
- RANDLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: Uma Rápida Mutação Epistemológica 1480-1520*. Tradução: Teresa Braga. Lisboa: Gradativa, 1990.
- SÁNCHEZ, Antonio. “La voz de los artesanos en el Renacimiento Científico: Cosmógrafos y Cartógrafos en el preludio de la ‘Nueva Filosofía Natural’”. *ARBOR*. n. 743, 2010, pp. 449-460.
- SÁNCHEZ, Antonio. “Los artífices del *Plus Ultra*: Pilotos, Cartógrafos y Cosmógrafos en la Casa de La Contratación de Sevilla durante el siglo XVI”. *Hispania*. n. 236, 2010, pp. 607-632.
- SÁNCHEZ, Carlos A. G. “Abismos de la memoria: escritura y descubrimientos oceánicos. Una aproximación metodológica”. *História Unisinos*. Vol. 18, n. 2, 2014, pp. 196-205.
- TERRIEN, Monika. “Cosmografía y corografía de Bogotá, siglos XVI y XXI”. *APUNTES*. Vol. 26, n. 1, 2013, pp.88-101.
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Tradução: Beatriz Perrone. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TUESTA, María Luisa Rivara de. “José de Acosta (1540-1600), humanista y científico”. *Revista de Estudios Latinoamericanos*. n. 42, 2006, pp. 9-34.
- VOGEL, Klaus A. “Cosmography”. In: PARK, Katharine; DASTON, Lorraine. *The Cambridge History of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 469-496.